

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

LUANA CASAGRANDA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
NOTÍCIA: UMA ANÁLISE DE CASOS DE FEMINICÍDIOS NO G1**

PORTO ALEGRE

2016

LUANA CASAGRANDA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
NOTÍCIA: UMA ANÁLISE DE CASOS DE FEMINICÍDIOS NO G1**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Benetti Machado

Coorientadora: Ms. Pâmela Caroline Stocker

PORTO ALEGRE

2016

LUANA CASAGRANDA
**VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA
NOTÍCIA: UMA ANÁLISE DE CASOS DE FEMINICÍDIOS NO G1**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Aprovado em:
BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marcia Benetti Machado
Orientadora

Ms. Pâmela Caroline Stocker
Coorientadora

Dr^a. Marcia Veiga da Silva
Examinadora

Ms. Silvana Copetti Dalmaso
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Dedicar-me a este trabalho em tempos em que as ameaças de retrocessos no que diz respeito aos direitos das minorias são tão fortes não foi uma tarefa fácil. Frequentes foram as vezes em que as notícias sobre o cenário político nacional apareciam e desviavam minha atenção. Aliado a isso, não há como desenvolver um trabalho sobre violência de gênero contra a mulher sem conhecer o significado da palavra empatia. Cada nova notícia coletada representava não só um novo número para a amostra, mas mais uma mulher como eu tendo seus direitos capturados.

Nesse sentido, preciso agradecer a todos que colaboraram para o meu amadurecimento nos últimos anos e que me trouxeram aprendizados e questionamentos que me fizeram perceber como é nosso dever lutar por um mundo menos opressor.

Quero agradecer, primeiramente, aos meus pais, Salete e Leonir, por acreditarem e apoiarem minhas decisões. Por entenderem minhas ausências dos últimos anos e por se fazerem presentes nos momentos em que mais precisei. Preciso agradecer, especialmente, à minha mãe, também minha primeira professora, por me mostrar e me fazer acreditar, desde cedo, no poder transformador que tem a educação, e por ser um grande exemplo de dedicação e determinação.

Aos colegas do Gemis, obrigada por me acolherem e por todo o aprendizado compartilhado nesses dias em que a militância tem de ser cada vez mais fortalecida. Vocês foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa e seguem sendo para a minha evolução.

Obrigada a todas as minhas amigas e amigos. Obrigada por me ajudarem a combater tantas inseguranças e por me lembrarem, diariamente, do quão agraciada eu sou por ter a amizade de pessoas tão especiais e iluminadas como vocês. Obrigada por entenderem minhas ausências nos últimos meses; por me emprestarem seu ombro, seu colo, suas casas e pijamas a qualquer hora do dia. Pelos abraços e sucos corridos nos finais de tarde na Lanchera; pelos domingos de sol e leituras na Redenção; pelas feiras e almoços aos sábados; e pelos filmes compartilhados em dias chuvosos. Pela troca e pela evolução possibilitadas a cada conversa.

Quero agradecer, ainda, às minhas orientadoras, Marcia, e coorientadora, Pâmela, por acreditarem no meu projeto. Obrigada por colaborarem na construção desta pesquisa e por me auxiliarem a tornar algo que costuma ser encarado como uma obrigação em um trabalho prazeroso e de extrema importância para o meu crescimento.

Por fim, preciso agradecer, em especial, a todas as minhas amigas. Ter vocês ao meu lado é essencial para o meu crescimento enquanto mulher, militante e feminista. A cada conversa com vocês todas eu saio mais fortalecida e feliz por saber que sigo na luta ao lado de mulheres tão fortes e especiais.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as notícias de violência contra a mulher publicadas no portal de notícias G1 durante os meses de novembro e dezembro de 2015, principalmente as que se referem a crimes de feminicídio. A partir da recente legislação que tipifica o feminicídio no Brasil e da necessidade de evidenciar a condição de gênero nesse tipo de crime, busca-se compreender como esses casos são noticiados. Com o auxílio da teoria construcionista e dos estudos culturais, evidencia-se que as notícias podem ser compreendidas como construção social da realidade, constituída pela subjetividade do jornalista e o contexto em que este está inserido. Os estudos feministas e de gênero também são empregados para compreender como a violência de gênero contra a mulher é naturalizada e perpetuada na sociedade. Utilizando-se a Análise de Conteúdo como método, foram coletadas 135 notícias do G1 durante dois meses de acesso diário, sendo que 56 delas abordaram o feminicídio. Contabilizou-se que apenas quatro (7,14%) das notícias referentes a feminicídios nomearam corretamente o crime e somente oito (5,92%) das 135 traziam alguma estatística ou problematização sobre a temática da violência contra a mulher. Constatou-se que o jornalismo reitera visões de mundo quando trata da violência de gênero contra a mulher, o que evidencia que essas mortes ainda não são compreendidas como um fenômeno social. Além disso, observou-se uma tendência do G1 em enxergar esses casos como isolados e não como consequência estrutural de um sistema opressor e machista com relação às mulheres.

Palavras-chave: jornalismo; feminicídio; gênero; violência contra a mulher; webjornalismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyse the news about violence against women published on the Brazilian web news portal G1 during the months of November and December of 2015, mainly the ones concerning femicide. Taking the recent legislation defining femicide in Brazil and the need to highlight the gender issue on this type of crime as a starting point, the aim is to understand how these cases are reported. With the assistance of the constructionist theory and of the cultural studies, it is shown that the news can be perceived as a social construct of reality, defined by the subjectivity of the journalist and the context in which they take part in. Feminist and gender studies are also employed to comprehend how the gender violence against women is naturalized and perpetuated on our society. Using Content Analysis as a method, 135 news on the G1 portal were collected during two months of daily accesses, 56 of these being approached as femicide. It was accounted that only four of the news about femicide (7,14%) used the correct term for the crime and only 8 (5,92%) of 135 showed any statistics or questionings on the issue of violence against women. It was concluded that journalism reinforces worldviews when it comes to gender violence against women, which unveils that these deaths are still not perceived as a social phenomenon. Moreover, it was observed that G1 portal has a tendency to view these cases as isolated and not as a structural consequence of an oppressive and sexist system.

Keywords: journalism; femicide; gender; violence against women; webjournalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo da criação de indicadores para análise das notícias.....	55
Figura 2 - Postagem 1.....	71
Figura 3 - Postagem 2.....	75
Figura 4 - Postagem 3.....	77
Figura 5 - Postagem 4.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recorrência de diferentes tipos de VCM	63
Gráfico 2 - Recorrência de notícias sobre feminicídios.....	65
Gráfico 3 - Quem eram os agressores.....	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 WEBJORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOTÍCIA	17
2.1 O Webjornalismo e a estrutura das notícias na web	17
2.2 A notícia enquanto construção social	21
2.3 Subjetividades e o lugar social do jornalista	27
3 GÊNERO E VIOLÊNCIA	30
3.1. Gênero e identidade	30
3.2 Articulações do movimento feminista pelo fim da violência contra a mulher	37
3.3 A violência a partir de uma perspectiva interseccional	40
3.3.1 <i>Violência de gênero e teoria queer</i>	42
3.3.2 <i>A violência de gênero contra a mulher</i>	45
3.3.3 <i>O Femicídio</i>	48
4. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E O WEBJORNALISMO: ANÁLISE DO G1	52
4.1 Organização do material e metodologia	52
4.1.1 <i>As violências de gênero contra a mulher e sua incidência no G1</i>	56
4.2 Webjornalismo e feminicídio: interpretação dos dados	64
4.2.1 <i>A construção das notícias sobre feminicídios</i>	67
4.2.2 <i>Análise das notícias</i>	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

17 de abril de 2016. A Câmara dos Deputados vota o processo de Impeachment. Ao justificar seu voto, o deputado federal Jair Bolsonaro, do Partido Social Cristão, homenageia um dos maiores torturadores do regime militar, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, também responsável por torturar a presidenta Dilma Rousseff. É em nome de Ustra que Bolsonaro vota a favor do afastamento de Dilma¹.

12 de maio de 2016. O então Vice-presidente, Michel Temer, assume interinamente a Presidência da República e anuncia o fim do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Pela primeira vez em 37 anos, desde a Ditadura Militar, nenhuma mulher ocupa um cargo no ministério. Para estar à frente da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres), o Presidente em exercício nomeia a ex-deputada federal Fátima Pelaes, do PMDB, que é assumidamente contra a descriminalização do aborto, inclusive em casos de estupro². No Rio Grande do Sul, com a posse do governador José Ivo Sartori, em 2015, a SPM foi extinta e tornou-se um Departamento da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, o que representou um corte de quase metade das verbas destinadas às políticas para as mulheres³.

21 de maio de 2016. Uma adolescente de 16 anos é vítima de um estupro coletivo no Rio de Janeiro. Mais de 30 homens abusam da menina, desacordada, e divulgam fotos e vídeos do crime na internet. O caso ganha repercussão nacional e internacional. No entanto, mesmo com o depoimento da vítima e com conteúdo divulgado nas redes, surgem inúmeras desconfianças e descrenças sobre a veracidade do crime. O próprio delegado que assumiu o caso é afastado, após afirmar que não havia indícios de que o estupro tivesse ocorrido⁴. Um dia após assumir a investigação, uma delegada mulher confirma a ocorrência.

Os casos acima mencionados são apenas exemplos recentes de como nós, mulheres, estamos sujeitas a inúmeras formas de violência que podem surgir de todas as esferas. Não há

¹ Mais informações em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em 30 de maio de 2016.

² Mais informações em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/05/31/nova-secretaria-de-mulheres-e-evangelica-e-contr-a-aborto.htm>. Acesso em 31 de maio de 2016.

³ Entre o período de 2014 e 2015, o orçamento previsto para políticas para as mulheres no Estado passou de R\$ 237.494,06 para R\$ 113 mil. A diferença no valor se deu porque o orçamento de 2015 foi previsto ainda em 2014, quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres ainda existia. Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2016/05/geral/501457-estado-cortou-metade-de-verbas-para-mulheres.html>. Acesso em 30 de maio de 2016.

⁴ Mais informações em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776581-em-conversa-delegado-diz-ter-fortes-indicios-de-que-nao-houve-estupro.shtml>. Acesso em 30 de maio de 2016.

formas de se isentar. A violência contra a mulher atinge desde meninas periféricas até o mais alto posto de poder nesse país, ocupado até pouco tempo por Dilma Rousseff. Ao longo dos anos em que Dilma esteve no cargo de Presidenta, conseguimos acompanhar a mídia voltando a atenção da sociedade para as roupas que ela usava e não para seus discursos⁵; vimos brasileiros insatisfeitos produzindo adesivos misóginos para deslegitimar seu lugar⁶; e acompanhamos os próprios colegas políticos da Presidenta eleita democraticamente reproduzindo discursos de ódio que nunca foram direcionados a um político homem.

Baseado no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde e que registra os atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), o Mapa da Violência de 2015⁷, analisou alguns marcadores que diferenciam a violência sofrida por homens e mulheres. Em 2014, por exemplo, o Sinan registrou 223.796 atendimentos a vítimas de diversos tipos de violência. Duas em cada três dessas vítimas (147.691) foram mulheres que precisaram de atenção médica por violência doméstica, sexual e/ou outras. Isso significa que a cada dia de 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde em decorrência da violência de gênero contra a mulher.

Este cenário político e social reitera a necessidade da discussão - em todos os âmbitos, inclusive no acadêmico - sobre a problemática da violência de gênero contra a mulher. Quando se é mulher, tratar deste assunto não é uma tarefa fácil.

O interesse na temática da pesquisa começou em 2014, durante o período em que estagiei na assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Na época, pude assistir a algumas discussões sobre violência contra a mulher no âmbito jurídico, ao mesmo tempo em que acompanhava processos relacionados, principalmente de estupro e violência doméstica. Com relação a esses processos, era rotineiro o atendimento a jornalistas que buscavam mais informações sobre os casos. Passei a observar como as informações noticiadas, muitas vezes, divergiam das que eram divulgadas por mim e por meus colegas, além de se transformarem de veículo para veículo. Com o passar do tempo, consegui identificar como alguns jornalistas e jornais já possuíam uma forma padronizada (ou naturalizada) de noticiar os casos de violência contra a mulher, o que me despertou inúmeras inquietações sobre qual seria o papel do jornalismo na ratificação de algumas crenças no que diz respeito à violência de gênero contra a mulher. Partindo-se do mesmo ponto, o que levava

⁵ Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/roupa-de-dilma-rousseff-na-posse-chama-a-atencao-no-twitter>. Acesso em 31 de maio de 2016.

⁶ Disponível em http://www.brasilpost.com.br/2015/07/02/adesivo-para-carro-dilma_n_7713544.html. Acesso em 31 de maio de 2016.

⁷ Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 28 de maio de 2016

alguns jornalistas a priorizarem uma informação em detrimento de outra? Por que certos casos tinham mais repercussão do que outros? Por que sempre eram tratados como se fossem casos isolados e não fizessem parte de um contexto que é violento com a mulher? Por que, na maioria das vezes, havia mais interesse em divulgar nomes e penas do que em saber se a vítima estava bem?

Todos esses desassossegos foram amadurecidos e reafirmados ao longo do ano de 2015, quando passei a prestar mais atenção nas notícias sobre o assunto. Destaco, nesse sentido, o caso de violência contra Gisele Santos, que teve os braços decepados pelo marido, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O crime ocorreu em agosto de 2015 e foi amplamente acompanhado por toda a mídia, principalmente a do Estado. Para a efetivação deste trabalho, importou uma entrevista realizada pelos jornais Zero Hora e Diário Gaúcho⁸ com Gisele, onde foram feitas perguntas encaminhadas pelos leitores. Boa parte delas dava a entender que a vítima tinha uma parcela de culpa pela violência sofrida. O modo como a vítima foi tratada pelo veículo e pelo jornalista no momento em que tinha acabado de sofrer, se não o maior, um dos maiores traumas de sua vida, me chocou e me entristeceu por deixar tão evidente o quanto o jornalismo ainda carece de alteridade. Além disso, foi possível perceber como a mídia reproduz, muitas vezes, uma ideia de culpabilização das vítimas, refletindo uma visão que ainda é a de boa parte da sociedade: a de que mulheres podem ser culpadas pelas violências que sofrem em função da maneira como se portam, da roupa que vestem, do lugar em que estavam, das pessoas com quem se relacionam, etc.

Para iniciar meu trabalho, busquei referências e produções semelhantes no Repositório Digital - Lume - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Banco de Teses e Dissertações da Capes a partir dos termos “feminicídio”, “violência contra a mulher” e “violência doméstica”. Com relação a trabalhos acadêmicos e técnicos, encontrei 11 resultados para a segunda opção e oito para a terceira. Pesquisando na categoria teses e dissertações, obtive nove resultados para a segunda expressão e 14 para a terceira. Nenhum trabalho foi encontrado buscando pela palavra-chave “feminicídio”.

Em relação ao Banco de Teses e Dissertações da Capes, encontrei 52 resultados para a opção “violência doméstica”; 39 para “violência contra a mulher”; e apenas um resultado para a opção “feminicídio”. Destaco que neste acervo busquei ainda pelos termos “violência doméstica e mídia”, “violência doméstica e jornalismo” e “mulher e mídia”, tendo encontrado somente um resultado para a última opção.

⁸ Disponível em <http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/08/jovem-que-teve-as-maos-decepadas-responde-a-questionamentos-feitos-por-internautas-4825920.html>.

É importante ressaltar, dentre os resultados encontrados, a dissertação de mestrado desenvolvida por Isis Cleide da Cunha Fernandes, também na UFRGS e intitulado "Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, a Nação e Expresso das Ilhas". No trabalho, a pesquisadora analisa a publicação de notícias de violência de gênero contra a mulher por dez anos em três importantes jornais de Cabo Verde, relacionando as publicações, a partir da análise de conteúdo, com os principais critérios de noticiabilidade jornalísticos, com a teoria do agendamento e com a função pedagógica do jornalismo. Esse trabalho foi importante para a delimitação do que seria de interesse para esta pesquisa.

A partir disso, optei por aprofundar a temática do feminicídio, já que o termo ainda é bastante novo e desconhecido por muitas pessoas, muito em função do recente reconhecimento do Estado do crime, com a aprovação da Lei nº 13.104⁹, de nove de março de 2015, que tipifica os crimes de morte de mulheres.

Como objeto de pesquisa escolhi o portal de notícias da Globo, o G1. De acordo com um levantamento realizado pelo Digital News Report e divulgado no ano passado, o G1 está entre os três sites mais acessados (junto com o Uol e o R7) por brasileiros que buscam notícias na internet¹⁰. Ao comparar o consumo de notícias em doze países, o estudo concluiu que o Brasil é o país onde mais se consome notícia via redes sociais. Aqui, cerca de 54% da população tem acesso à internet. Dos usuários, 44% usam a internet como principal fonte de notícia. Esses dados evidenciam a influência do webjornalismo no cotidiano dos brasileiros, ao decidir quais e como serão pautados determinados assuntos. Nesse sentido, ao se analisar o número de usuários brasileiros da internet com o fato do G1 ser um dos três portais de notícia mais acessados, tem-se uma dimensão do poder que esse site de notícias tem na forma com que boa parte da população brasileira tem acesso à informação. Além disso, o G1 ainda tem redações em todas as regiões do país, o que chamou minha atenção para a possibilidade de coleta de um número maior e mais diversificado de notícias, tendo em vista também a diversidade cultural e social do nosso país.

A partir disso, este trabalho tem como problema de pesquisa os seguintes questionamentos: como o jornalismo retrata o feminicídio e aborda o tema da violência de gênero contra a mulher? Quais são as violências mais recorrentes nas notícias do portal

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em 28 de maio de 2016.

¹⁰ Dados disponíveis em <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/06/17/jornalismo-ganha-for-a-no-digital.html>. Acesso em 31 de maio de 2016.

escolhido? Como essas notícias reproduzem os papéis de gênero socialmente aceitos e legitimados?

Como objetivo geral, busco analisar as notícias de violência contra a mulher publicadas no G1 durante os meses de novembro e dezembro de 2015, principalmente as de feminicídio, a fim de problematizar a construção social dessas notícias. Para isso, os objetivos específicos são 1) mapear quais tipos de violências são noticiadas; 2) verificar se as notícias empregam o termo feminicídio e contextualizam esse tipo de crime; 3) avaliar a escolha das fontes e a forma como o jornalismo narra as justificativas dos crimes, verificando se colabora para a ideia de culpabilização das vítimas; 4) discutir de que forma o jornalismo reflete e influencia na manutenção de valores predominantes na sociedade.

Para alcançar os objetivos pretendidos, realizei uma coleta documental durante dois meses no portal de notícias G1, baseada no método da Análise de Conteúdo. O trabalho foi estruturado em quatro partes. No próximo capítulo, são discutidos o papel social do jornalista enquanto reprodutor de valores culturalmente aceitos e a notícia enquanto construção social. Para isso, utilizei autores como Cristina Ponte (2005), Marcia Veiga da Silva (2014), Miquel Alsina (2009), Nelson Traquina (2003) e Stuart Hall (1997, 1999 e 2010). Além disso, é feito um breve resgate histórico acerca do surgimento do webjornalismo, a partir de autores como João Canavilhas (2013) e Luciana Mielniczuk (2003).

A terceira parte busca o aprofundamento dos estudos de gênero e de sua constituição enquanto categoria de análise histórica, além de revisar conceitos como os de violência, patriarcado e interseccionalidade, a fim de entender como a violência contra a mulher é construída e reproduzida na sociedade. Para isso, fundamentei-me no trabalho de autoras como Guacira Lopes Louro (2014), Joan Scott (1995) Miriam Pilar Grossi (1994, 1998 e 2012), Heleieth Saffioti (2011) e Patricia Muñoz Cabrera (2011).

No quarto capítulo, a Análise de Conteúdo é empregada como método para a coleta e categorização das notícias, a fim de compreender como se dá representação da violência de gênero contra a mulher nas notícias do G1. São estabelecidos alguns indicadores para facilitar a categorização das notícias. Aquelas que tratam de crimes de feminicídios são analisadas à parte.

Enquanto desenvolvia este trabalho, acompanhei ainda duas palestras que foram importantes para o pensar teórico. Em março, pude assistir a um debate que contou com a presença de Maria da Penha, ativista pelos direitos das mulheres e uma das inúmeras vítimas

brasileiras de violência doméstica. Sua história culminou, no Brasil, com a Lei nº 11.340¹¹, de sete de agosto de 2006, ou Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher no âmbito familiar e doméstico. Mais adiante, falarei um pouco mais sobre a Lei e sobre como se deu sua implementação. Durante o evento, Maria da Penha pouco falou e ressaltou que queria ouvir as mulheres presentes, por saber que boa parte teria uma história de violência para contar. Nesse sentido, ela destacou que o Brasil tem feito diversos movimentos com o objetivo de reduzir os índices de violência contra a mulher, mas que muito trabalho ainda tem de ser feito.

Além disso, em maio, acompanhei a primeira palestra de Adelir Carmen Lemos, realizada em uma das escolas ocupadas por secundaristas em Porto Alegre. Em 2014, grávida, Adelir foi obrigada pela Justiça e passar por um procedimento de cesárea¹², depois de uma médica ingressar com uma ação afirmando que ela não poderia ter um parto normal, como desejava. Conduzida à força por policiais militares ao hospital, Adelir foi mais uma vítima de violência obstétrica. Quando esteve em Porto Alegre, conseguiu falar pela primeira vez do que aconteceu durante aquela gravidez e afirmou “Eu estava empoderada, sabia que queria um parto humanizado e que tinha esse direito, mas, muitas vezes o Judiciário e o sistema tomam conta do seu corpo, por você ser mulher”. Na ocasião, ela falou ainda das diferentes opressões a que estão sujeitas outras mulheres que são ciganas como ela.

Ao refletir sobre o que ouvi nos dois eventos, me dei conta que, por mais que tentasse, eu não teria como dar conta de abordar todas as formas de violência às quais diferentes mulheres estão sujeitas, por limitações teóricas e temporais, mas também porque parto de um lugar social, enquanto mulher jovem, branca e de classe média. Esses marcadores fazem parte da minha subjetividade e influenciarão na forma com que meu olhar se volta para a temática da violência de gênero contra a mulher nos capítulos que seguem.

¹¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 31 de maio de 2016

¹² Mais informações em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1435071-meu-parto-foi-roubado-afirma-mae-forcada-a-fazer-cesarea-no-rs.shtml>. Acesso em 31 de maio de 2016.

2 WEBJORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOTÍCIA

A primeira parte desta monografia propõe-se a resgatar parte da bibliografia que trata do jornalismo feito na e para a internet, aqui denominado de webjornalismo. São revisadas as três principais fases do webjornalismo, com base na obra de autores como Suzana Barbosa (2015), João Canavilhas (2013) e Luciana Mielniczuk (2003). Em seguida, parte-se para um estudo mais aprofundado sobre as teorias da notícia, especialmente a teoria construcionista, que vê a notícia como uma construção social. Esses dois pontos se unem e são fundamentais para a compreensão do objeto deste trabalho, que são as notícias que abordam a violência de gênero contra a mulher, com foco na violência feminicida, veiculadas na internet. A partir da teoria construcionista, pensa-se a mídia como um dispositivo pedagógico (FISCHER, 1997), que irá influenciar na formação de valores e visões de mundo de toda a sociedade.

2.1 O Webjornalismo e a estrutura das notícias na web

Com o avanço das tecnologias nas últimas décadas e o acesso mais barato a computadores, aumentou também o número de usuários¹³ da internet além do número de veículos de comunicação que migraram também para a Web¹⁴, seja disponibilizando sua versão impressa também em formato digital, seja reproduzindo seu conteúdo impresso no formato de notícias online, ou transformando-se em portais de notícias com a produção de conteúdo exclusivo para a web. Baseada na obra de João Pavlik (2001), Luciana Mielniczuk (2003) divide a história do jornalismo online em três fases.

¹³ De acordo com um relatório divulgado em maio de 2015 pela União Internacional de Telecomunicações, 3,2 bilhões de pessoas estão usando a Internet em todo o mundo, dos quais dois bilhões vivem em países em desenvolvimento. No ano 2000, eram apenas 400 milhões de pessoas com acesso à internet. Entre 2000 e 2015, a penetração da Internet aumentou quase sete vezes, de 6,5 para 43% da população global. A proporção de domicílios com acesso à Internet em casa avançou de 18% em 2005 para 46% em 2015. Os números da UIT também indicam que quatro bilhões de pessoas no mundo em desenvolvimento permanecem off-line. Além disso, das quase um bilhão de pessoas que vivem nos Países Menos Desenvolvidos (PMD), 851 milhões não têm acesso à Internet. Já no Brasil, segundo dados divulgados em novembro de 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país ganhou 9,8 milhões de novos internautas entre 2013 e 2014. A pesquisa foi feita por amostragem e levou em conta cidadãos com mais de 10 anos de idade, constatando que 54,4% dos brasileiros tinha acessado à internet de alguma forma em 2014. Até 2013, apenas 49,4% da população tinha acesso. A pesquisa ainda calculou que as mulheres são maioria na internet, assim como são na população geral, e as regiões Sudeste (61,8%), Centro-Oeste (60%) e Sul (58,2%) têm uma proporção de pessoas com acesso à web acima da média nacional, enquanto Norte (45,2%) e Nordeste (42,1%) ficam abaixo. Entre os brasileiros de 15 a 19 anos, 81% acessa a internet. O grupo das pessoas com mais de 50 é o que menos usa a rede, com apenas 24,3%. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/em-15-anos-numero-de-usuarios-de-internet-passou-de-400-milhoes-para-32-bilhoes-revela-onu/>> e <<http://www.tecmundo.com.br/internet/89333-numero-usuarios-internet-cresce-11-4-ano-brasil.htm>> Acesso em 08 de maio de 2015.

¹⁴ Segundo Mielniczuk (2003, p. 20), “Web é a abreviatura de Worl Wide Web, um sistema de informação e comunicação utilizado na internet e que permite a transmissão de dados em hipermídia e funciona de acordo com o modelo cliente/servidor”.

Na primeira fase, o conteúdo encontrado na internet era basicamente a reprodução do que se produzia para os jornais impressos. Surgiram sites que representavam os grandes jornais e o conteúdo era geralmente transcrito para a web, com a seleção apenas de algumas das principais notícias veiculadas na versão impressa diária de cada periódico. Mielniczuk (2003, p. 33) destaca que a ideia era a de basicamente ocupar um espaço, não havendo nenhuma “evidência de preocupação com relação a uma possível forma inovadora de apresentação de narrativas jornalísticas”.

No final dos anos 1990, com o crescente número de usuários, começa a existir uma preocupação por parte das instituições de explorar as características inovadoras oferecidas pela rede. O jornal impresso segue como referência do que deve ser feito, mas é possível observar o surgimento de um escasso conteúdo exclusivo para a internet, como a seção “últimas notícias”, hoje comum nos portais de notícia (MELNICZUK, 2003). O hipertexto¹⁵ também começa a ser empregado com mais frequência. Sobre a seção de últimas notícias, Mielniczuk (2003, p. 56) define:

Também chamadas de *breaking news*, essa seção comporta as informações em formato de notas que são disponibilizadas de maneira imediata, explorando a possibilidade de atualização contínua. Nos webjornais brasileiros, ficou convencionalizado chamar essa seção de ‘plantão’ ou ‘últimas notícias’. Normalmente, junto das notícias, é indicado o horário da disponibilização das mesmas e a maioria desse material é proveniente de agências de notícias.

A terceira e atual geração é marcada pelo surgimento de iniciativas voltadas únicas e exclusivamente para o suporte da web, como o G1. Essa geração é marcada por tentativas de “explorar e aplicar as potencialidades oferecidas pela web para fins jornalísticos” (Mielniczuk, 2003, p. 36).

Para a autora, “ainda não há um consenso sobre a terminologia a ser utilizada quando nos referimos ao jornalismo praticado na internet” (MELNICZUK, 2003, p. 22), já que o mesmo não é algo finalizado e sim em construção e que vem se adaptado a cada nova tecnologia descoberta. Sendo assim, diversas expressões são utilizadas para designar o formato, como *jornalismo digital*, *webjornalismo*, *jornalismo eletrônico* e *ciberjornalismo*. É importante ressaltar, no entanto, que as denominações não são excludentes e que os produtos elaborados na web se enquadram, ao mesmo tempo, em mais de uma nomenclatura (MELNICZUK, 2003, p. 27).

¹⁵ Sobre o hipertexto, Canavilhas (2014, p. 3), escreve que, na web, “mais do que um mero conjunto de palavras ou frases organizadas [...], o texto transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (links), ou seja, um hipertexto”.

A autora destaca que o termo *online*, por exemplo, “conduz à ideia de conexão em tempo real, ou seja, fluxo contínuo de informação e quase instantâneo” (MELNICZUK, 2003, p. 26), sendo então um conceito que se aproxima bastante do objeto deste trabalho, o portal de notícias G1, já que o site tem um fluxo intenso de notícias, que são disponibilizadas quase que em tempo real e frequentemente atualizadas.

Apesar das divergências sobre qual é o termo adequado para a definição do jornalismo feito na internet, é possível observar uma convergência para a utilização da terminologia *webjornalismo*, que Mielniczuk (2003) define como o jornalismo feito em uma parte específica da internet, que é a web.

Ainda sobre essa denominação, Canavilhas (2006) observa que o conceito de jornalismo sempre esteve atrelado ao suporte técnico e ao meio ao qual está associado - jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo - sendo assim natural a nomenclatura *webjornalismo* e não jornalismo online, por exemplo, já que o jornalismo é produzido e difundido pela web. Suzana Barbosa, por sua vez, evidencia que

Como forma de jornalismo mais recente, o *webjornalismo* é a modalidade na qual as novas tecnologias já não são consideradas apenas como ferramentas, mas, sim, como constitutivas dessa prática jornalística. E nela, as bases de dados possibilitaram a criação de um formato com estatuto próprio, desempenhando três funções simultâneas e complementares: a) de formato para a estruturação da informação; b) de suporte para modelos de narrativa multimídia; e c) de memória dos conteúdos publicados (BARBOSA, 2005, p. 1448).

A terceira geração é marcada também pela utilização de outros recursos além do hipertexto, como a interatividade por meio de chats, enquetes, fóruns de discussão, comentários. Essa interação possibilitou a emergência de um jornalismo que Canavilhas (2013) referencia como cidadão. Para Mielniczuk (2003), a possibilidade de interação com a audiência e a facilidade de obter a opinião da mesma sobre o que é produzido para a web fez com que se ampliassem os investimentos na área.

Além disso, o acúmulo das informações na web é mais viável técnica e economicamente do que em outras mídias, sendo assim, o volume de informação diretamente disponível ao usuário é consideravelmente maior no jornalismo online, seja com relação ao tamanho da notícia ou à disponibilização imediata de informações anteriores. (MELNICZUK, 2003, p. 50-51).

A facilidade de acesso ao conteúdo e de atualização do que foi produzido despertou, nos jornalistas e acadêmicos de jornalismo, a necessidade de se pensar em uma nova forma de se fazer jornalismo na internet, ou de, pelo menos, repensar se os modelos utilizados na construção das notícias para o impresso, por exemplo, deviam ser seguidos à risca na web.

Sobre essa fase, Canavilhas (2006, p. 2) acrescenta que as notícias passaram a ser produzidas interligando diversos recursos como sons, vídeos, infografias e hiperligações, “tudo combinado para que o utilizador possa escolher o seu próprio percurso de leitura”. No entanto, o autor afirma ainda que, devido à instabilidade e às mudanças constantes oferecidas pela internet, tem sido difícil desenvolver uma linguagem específica para a web, sendo comum ainda a utilização da técnica da pirâmide invertida para a construção dessas notícias.

Essa técnica orienta que, ao estruturar a notícia, o jornalista coloca a informação mais importante no início dela e as outras vão sendo distribuídas também de acordo com sua importância (CANAVILHAS, 2006). Canavilhas defende que a pirâmide invertida tende a transformar o trabalho dos jornalistas em algo rotineiro e pouco criativo. Além disso, ele considera que, apesar de eficiente na transmissão de informações, no caso da web, a pirâmide é ainda mais limitada, levando em conta o campo de possibilidades de escolhas e interação que a plataforma oferece aos usuários.

O autor critica o fato de parte do webjornalismo ainda se limitar à técnica da pirâmide invertida, já que, diferente do jornalismo feito para jornais impressos, por exemplo, não existe um rigor quanto ao número de caracteres de uma matéria. A internet oferece espaço e funcionalidades que, segundo Canavilhas, ainda são pouco exploradas e conhecidas pelos jornalistas. No caso do G1, nota-se que, como será aprofundado mais adiante, as notícias não contêm quase nenhum aprofundamento e limitam-se à descrição do fato, seguindo essa lógica da pirâmide invertida.

No entanto, é preciso considerar também outros fatores que colaboram para que isso aconteça, como o tempo, determinante nas redações do online. Entretanto, por ser um espaço que permite a atualização constante do conteúdo, existe a possibilidade daquele assunto ser retomado e aprofundado em algum momento.

A necessidade de uma nova linguagem para o webjornalismo também é defendida por Canavilhas (2006), ancorada na ideia de que, com a possibilidade de criar sua própria forma de interação com a notícia, o usuário não ficará preso ao modelo da pirâmide invertida, pois os hipertextos lhe oferecem inúmeras possibilidades. Ademais, ele considera que o próprio modelo da pirâmide jornalística já é questionado antes mesmo do surgimento da Web, alicerçado no fato de que, ao escrever a notícia, é o jornalista quem estipula quais são as informações mais relevantes e que devem estar no topo da pirâmide. Essa escolha é assentada a partir de valores-notícia, mas também a partir de visões de mundo que formam a realidade pessoal e profissional dos jornalistas, estando presentes na forma com que este exerce sua atividade, como será abordado a seguir.

2.2 A notícia enquanto construção social

A prática jornalística, desde sua origem, sempre esteve associada à produção e a veiculação de notícias (TRAQUINA, 2003). No século XX, principalmente, pesquisadores voltaram-se para o seu estudo, e surgiram diversas teorias que tentaram entender como se dava sua produção, sua emissão e sua recepção. De acordo com Mota (2012, p. 207), “enquanto discurso, a notícia é um ritual simbólico por meio do qual os membros de uma cultura trocam valores e significam o próprio mundo”.

Traquina (2003) afirma que a problemática dos efeitos da mídia começou a ser estudada por pesquisadores que se interessaram nos efeitos da propaganda durante e depois da Primeira Guerra Mundial, estimulados pelas consequências totalitárias da batalha e pelo surgimento de novos meios de comunicação. Origina-se deste período a primeira teoria acerca dos efeitos da mídia - a teoria hipodérmica, que “defendia a visão de que as mensagens massmediatizadas têm um impacto direto nas pessoas, produzindo inevitavelmente comportamentos prognosticáveis” (TRAQUINA, 2003, p. 15). Os estudiosos da teoria hipodérmica acreditavam na existência de uma audiência de massas que reagiria da mesma forma a tudo que recebesse da mídia.

Para Moretzsohn (2002), existe uma perspectiva que sobrevive até hoje na sociedade e em muitos manuais de redação, que é a de que o público tem “o direito de saber”. A mídia seria então o meio que garantiria o acesso de toda a sociedade à informação. Essa concepção, segundo a autora, colaborou para a instituição da mídia como o “quarto poder”, acreditando-se que ela existiria para garantir o direito dos cidadãos de terem acesso à informação e para falar por eles. Para isso, os jornalistas seriam guiados pela ideia da objetividade e da imparcialidade, também ainda muito presentes nas discussões sobre a atividade jornalística.

A partir da década de 1940, no entanto, surgem estudos que contradizem essa visão de doutrinação hegemônica da teoria hipodérmica e no recebimento passivo das informações pelas audiências. Conclui-se que a população recebe as mensagens midiáticas de forma seletiva, podendo rejeitá-las em situações em que elas entram em choque com as normas e posicionamentos de um determinado grupo. A comunicação de massa passa a ser vista como um agente colaborador, mas não como a única causa num processo de reforço das condições vigentes (TRAQUINA, 2003). A ideia de que a mídia constitua um “quarto poder” também é questionada, como sintetiza Moretzsohn (2002, p. 57):

[...] a proposta do jornalismo como mediador, nos termos expostos pela ideia de “quarto poder”, jamais se realizou, nem pode se realizar, não só porque apenas

disfarça o caráter ideológico inerente a todo discurso como porque ignora as condições em que o jornalismo é praticado. Mediação certamente existe, e diz respeito à forma pela qual apreendemos o mundo – através dos meios de comunicação, genérica e significativamente batizados de “mídia”, representando práticas evidentemente não restritas ao jornalismo. Por isso mesmo, tal mediação deve ser considerada na complexidade do processo de produção de sentido.

Traquina (2003) acredita que os diversos movimentos emergentes na década de 1960, como o maio de 68, a luta contra a Guerra do Vietnã e o crescente questionamento do sistema capitalista impulsionaram e aprofundaram o estudo do jornalismo: “o clima contagioso de descoberta da exploração individual, que pôs em causa valores dominantes da sociedade de consumo, não deixaram incólumes nem a comunidade jornalística, nem a acadêmica” (TRAQUINA, 2003, p. 56).

Além disso, emergem novas pesquisas que se voltam para áreas até então pouco observadas, como a relação com as fontes, as implicações sociais e políticas do jornalismo, o papel social das notícias e “a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática” (TRAQUINA, 2003, p. 57).

Baseado em autores como Miquel Alsina (2009), Cristina Ponte (2005), Marcia Veiga da Silva (2014) e Nelson Traquina (2003), este trabalho compreende que não só as instituições midiáticas são parciais e respondem por interesses de uma minoria dominante, fazendo com que certos princípios regem o trabalho em diferentes redações, como também os profissionais do jornalismo carregam consigo valores e visões de mundo que vão influenciar na forma com que estes produzem as narrativas (SILVA, 2014). Parte-se da premissa de que as notícias são uma construção social e por isso o trabalho será desenvolvido baseado na teoria construcionista:

[...] posso conceber a construção da notícia como algo especial, pertencente à realidade: é a realidade simbólica, pública e quotidiana [...]. Os jornalistas são, como todo o mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia. (ALSINA, 2009, p. 11).

A teoria construcionista nega a perspectiva de que a notícia se constitua como espelho da realidade e a percebe como parte da construção da realidade, não podendo refleti-la. Além disso, Hall (1997) atenta para a ausência de neutralidade na linguagem, já que cada palavra remete às pessoas um determinado significado, o que faz com que um fato vire notícia de diferentes formas. Para Hall (1997, p. 2), “a mídia é, ao mesmo tempo, uma parte crítica na infraestrutura material das sociedades modernas e, também, um dos principais meios de circulação das ideias e imagens vigentes nestas sociedades”.

Alsina (2009, p. 45) destaca a influência da linguagem no pensamento e no conhecimento humano ao resgatar a teoria do relativismo linguístico, que “considera que a língua de um povo contextualiza sua cultura já que determina a percepção e a representação que o falante tem da realidade”. Ou seja, é por meio da língua que se tem contato direto com outras culturas e outras realidades intelectuais e emocionais. A linguagem está diretamente ligada à notícia não só porque ela é escrita ou falada, mas porque ela é fundamental para a construção dos mapas culturais que vão influenciar na tomada de um acontecimento como fato noticioso e na sua transformação em produto construtor da realidade. Para Fischer (2002, p. 157), mais do que nunca, a cultura está no centro:

[...] os amplos processos de significação adquirem uma força antes inimaginável; e, em termos mais amplos, essa circulação de sentidos corresponde a uma circulação política, econômica e financeira, através das diferentes mídias.

Também ao resgatar o trabalho de Hall, Mota (2012) lembra que o autor acredita que os fatos não viram notícia de forma aleatória, mas que são identificados e entendidos como importantes dentro de um contexto social, que é formado pelos diversos sentidos que estruturam a vida do jornalista. Quando um repórter identifica um fato como relevante a ponto de ser transformado em notícia, o faz porque parte de um lugar social - de classe, de raça e de gênero, por exemplo - que entende que aquele acontecimento é significativo e que também o será para o público. Esse ambiente que torna um acontecimento notável a partir de identificações sociais é o que Hall (1993) chama de “mapas culturais”.

Traquina (2003, p. 63) lembra que os jornalistas também são participantes ativos dentro de um contexto social e cultural onde circula a notícia:

Apesar das diversas sensibilidades que existem dentro do paradigma construtivista, é partilhada a perspectiva que as notícias são um resultado de processo de interação social entre jornalistas, entre os jornalistas e a sociedade, e entre os jornalistas e as suas fontes de informação.

Além disso, ele considera, ainda que as notícias são um produto social resultante de três fatores: a sistematização midiática, os valores-notícia e a ideologia dos profissionais de jornalismo e o próprio momento de construção da notícia – guiado pelos mapas culturais. O autor conclui que “o processo de produção das notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual” (2003, p. 90 e 91). Nesse sentido, tem papel fundamental o que Hall chama de definidores primários, que fazem com que a mídia mantenha a hegemonia dos setores e das ideologias dominantes.

Segundo Hall et, al., as pressões práticas de trabalho constante contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos mídia por parte dos que detém posições institucionalizadas privilegiadas. O resultado desta preferência estruturada dada pelos mídia às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de “definidores primários”. (TRAQUINA, 2003, p. 92).

Alsina (2009, p. 45) apresenta dois modelos de análise. O primeiro afirma que a mídia tende a construir uma “realidade aparente, uma ilusão” e é baseado em autores como Doelker, Enzensberger e Baudrillard, que defendem que a notícia transmite uma realidade construída - e muitas vezes manipulada - pela mídia. Entretanto, ele critica essa visão ao afirmar que ela se baseia na realidade como algo exterior e autônomo ao jornalismo e defende que “não devemos vincular o conceito ‘construção social da realidade’ única e exclusivamente com a prática jornalística” (ALSINA, 2009, p. 46). Ou seja, ele acredita que a mídia tenha influência na forma com que a realidade social é construída, entendida, percebida e reformulada, mas vê o jornalista também como integrante e ativo na elaboração dessa realidade.

Nesse sentido, ele afirma ainda que, em uma sociedade que cobra a institucionalização, o jornalista já tem como fixo e legitimado seu papel enquanto construtor da realidade social - é o que se espera dele. Ao se inteirar do que está acontecendo no mundo, o público vai construir sua opinião a partir do que lhes foi apresentado pelo jornalismo, pela forma com que aquela narrativa foi construída pelo repórter e pelo seu editor.

Isso requer também, de acordo com Alsina, que se leve em conta a interação da audiência e suas bases culturais, que irão interferir na forma com que ela ressignifica a notícia. Ele destaca que essa interação entre jornalistas e audiência se dá por meio de um contrato, construído socialmente ao logo da história e que legitima a atividade jornalística: “Se eu não acredito nas notícias, então elas não servem para nada; para que serve, a princípio, a informação jornalística senão para informar?” (ALSINA, 2009, p. 48).

A teoria construcionista acredita que, atualmente, o que mais coloca em xeque o trabalho jornalístico não é o fator relação com as fontes, mas sim o tempo, sendo o principal desafio diário do jornalista a elaboração de uma notícia no intervalo mais rápido (MORETZSOHN, 2002). Quando se trata do webjornalismo, como é o caso deste trabalho, esse fator fica ainda mais acentuado porque, como já mencionado, o fluxo de notícias é intenso. Uma das consequências dessa produção acelerada, como será tratado mais adiante, é a de que muitos jornalistas acabam restringindo-se na escuta apenas de fontes oficiais e na elaboração mecânica da notícia, não havendo tempo para problematizações, para a coleta de dados, para o aprofundamento.

Baseado na obra de Gaye Tuchman, Traquina (2003) enumera três desafios enfrentados no campo jornalístico: os acontecimentos podem surgir em qualquer parte, a qualquer momento e, por isso, as empresas precisam impor ordem no espaço e no tempo.

Limitadas pelo tempo e espaço, as instituições jornalísticas não conseguem dedicar-se em tempo integral à produção de notícias. Disso decorre um dos recortes que justificam a teoria construcionista: as redações não têm o mesmo número de repórteres trabalhando na parte diária e noturna, por exemplo - o que faz com que o fluxo de notícias seja maior em algumas horas do dia. Isso não significa, necessariamente, que não estejam acontecendo fatos que poderiam virar notícia, mas sim que as redações não têm estrutura para transformar aquele acontecimento em notícia. Além disso, a localização também é um fator que influencia no recorte:

Para Tuchman, uma das consequências deste imperativo que os membros da comunidade jornalística utilizam para levar a cabo o seu trabalho é fazer com que acontecimentos julgados notícias terão assim tendência a ocorrer em certas localidades e não em outras. (TRAQUINA, 2003, p. 96).

Ou seja, para lidar com o fator espaço, as instituições jornalísticas estabelecem limites de audiência nos seus valores-notícias - será notícia o que interessar a uma determinada parcela da população e área do território ou que tratar de determinado assunto (economia, política, violência).

Acerca disso, a necessidade de se produzir cada vez mais rápido gera um “*habitus* que proporciona o estabelecimento de rotinas que levam a notícia a ser procurada ali onde ela é sempre encontrada” (MORETZSOHN, 2002, p. 66, grifo da autora). Obrigada a produzir cada vez mais e em menos tempo, o jornalista acaba por recorrer sempre as mesmas fontes (geralmente as oficiais, que são de fácil acesso), a divulgar informações sem precisão e a usar sempre a mesma abordagem. Cria-se um *modus operandi* que muitas vezes exclui da produção diária de notícias, a reflexão e a diversidade. A autora conclui, a partir disso, que “o noticiário publicado todos os dias informa mais sobre o meio jornalístico e seu modo de trabalhar do que sobre os fatos reportados” (MORETZSOHN, 2002, p. 76-77) – algo já observado também por Traquina (2003).

Alsina (2009) reforça ainda a influência desempenhada por outros setores no que é produzido e veiculado pela mídia, além da audiência e dos produtores de comunicação - são eles as forças políticas e os grupos econômicos internos e externos ao setor.

Rosa Maria Bueno Fischer (2001) relaciona os meios de comunicação de massa - principalmente a televisão - e a educação, analisando de que formas eles se relacionam e contribuem na formação de sujeitos e de subjetividades. Nesse sentido, a notícia, enquanto

ferramenta que colabora com a construção da realidade, tem uma grande parcela de responsabilidade, já que a mídia é uma instituição onipresente em nossas vidas e vai colaborar, assim, na forma com a qual produzimos nossa subjetividade.

A partir de uma análise de documentários, seriados, comerciais, entre outros produtos veiculados na televisão no período de 1998 a 2000, a autora avaliou quais estratégias a televisão utiliza para afirmar-se enquanto espaço educativo e conclui que

Se atentarmos bem para o modo como são elaborados inúmeros produtos midiáticos, há um sem-número de técnicas através das quais se propõe a todos nós que façamos minuciosas operações sobre nosso corpo, sobre nossos modos de ser, sobre as atitudes a assumir. Estamos falando aqui do governo de si pelo governo dos outros. (FISCHER, 2002, p. 156).

A partir da obra de Michel Foucault, a autora utiliza conceitos como o de sujeito, subjetividade, subjetivação, discurso e poder, e afirma que, para Foucault, “o termo subjetividade está diretamente relacionado às experiências que o sujeito faz de si mesmo, num jogo de verdade em que é fundamental a ‘relação consigo’” (FISCHER, 2002, p. 154). Nesse sentido, a mídia e a educação fazem uso de diversas técnicas que levam os indivíduos a, desde cedo, construir sua subjetividade. Além disso, a autora afirma ainda que a “noção de sujeito está diretamente ligada à noção de poder” (FISCHER, 2002, p. 154) e que, para Foucault, o sujeito sempre estará submisso a outra pessoa ou instituição ou a si mesmo, no sentido de precisar conhecer-se.

Considerando essas possibilidades, ela conclui que a mídia oferece processos de subjetivação que não são imutáveis, pelo contrário, são diversos e históricos, variando de acordo com a época e o contexto social. Tratar do dispositivo pedagógico da mídia seria então analisar não só a linguagem e a construção dos produtos culturais, mas também questões que relacionam o poder à formas de subjetivação (FISCHER, 2002, p. 155).

A autora avalia que a mídia, enquanto dispositivo pedagógico, é responsável não só por transmitir informações, mas por reproduzir “valores, concepções, representações relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos” (FISCHER, 2002, p. 153). Interfere nisso tudo a forma como a notícia será escrita, o que será problematizado, quem serão as fontes ouvidas e o contexto de onde parte o jornalista.

2.3 Subjetividades e o lugar social do jornalista

Analisar a mídia enquanto dispositivo pedagógico e a notícia como resultado de uma construção social exige que se preste atenção também na figura do jornalista. Ao mesmo tempo em que é membro ativo na construção da realidade, o jornalista também é moldado por ela e essa relação vai impactar na forma com que ele constrói seus discursos (ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2003).

Por muito tempo, no entanto, e ancorando-se em conceitos de imparcialidade e objetividade, negou-se a ideia de que o jornalista seria influenciado pela realidade social na qual está inserido. Junto disso, a criação de um imaginário sobre a profissão colaborou para a associação da figura do jornalista a um ser forte e impermeável, que tudo faria e deixaria pela profissão. Essas situações foram observadas por Ponte:

[...] o desempenho do jornalista como figura justiceira e incorrupta, herói por excelência de *risco*, tem circulado no cinema como na literatura, numa glorificação da coragem de profissionais anônimos, seja em constrangimentos locais ou de afrontamento a altas instâncias do poder, de que Watergate se constituiu como paradigma, ainda que algum prestígio tenha sido abalado por apreciações públicas de processos menos limpos de obtenção de informação e de produção de conteúdos. (PONTE, 2005, p. 145, grifo da autora).

O ideal justiceiro ainda é uma característica muito forte da profissão e é baseado nele que muitos jornalistas colocam-se numa posição em que se autorizam a passar por cima da ética da profissão em busca da “verdade” sobre os fatos. Esse cenário ajuda a moldar um jornalista que é associado à força, ao poder, à dureza (PONTE, 2005; SILVA, 2014) - características que sempre foram culturalmente associadas aos homens.

Ponte (2005) defende a exploração da relação entre a profissão jornalista e a identidade de gênero do profissional. Ela afirma que existe um arquétipo da profissão que é eminentemente masculino e que gera impactos dentro das rotinas de redações, determinando papéis de gênero também na produção da notícia. Mais adiante, será avaliado como se dá a construção dessas divisões em todos os âmbitos sociais, bem como conceituaremos gênero. Por hora, interessa pensar que a delimitação de lugares e de subjetividades pertencentes a homens e mulheres na sociedade influencia também na prática jornalística. Um exemplo dessa categorização, de acordo com Ponte (2002) e Silva (2014) é a divisão, dentro das redações, dos tipos de matérias que serão produzidas por homens e por mulheres,

[...] há, no imaginário da objetividade uma associação de normas, valores e crenças profissionais como modos “masculinos” de reportar de forma neutra e

desapaixonada, despojada de sentimentos. A ideia do “puro registro dos fatos” é uma ideia que faz cultura e que considera que o olhar feminino terá natural dificuldade em isolar os “fatos” e uma maior apetência para cobrir as áreas de “interesse humano”, mais carregadas de afetos. (PONTE, 2005, p. 161).

Silva (2014) percebe essa divisão entre as notícias ditas *hard news* e as *soft news*. As primeiras cobrem conteúdos importantes e ditam o que a audiência precisa saber para estar informada; as segundas tocam em pontos mais humanos da vida das pessoas (PONTE, 2005). A partir de uma pesquisa empírica realizada em uma redação jornalística, Silva (2014) constata que homens são maioria nas pautas mais duras e principais, enquanto às mulheres restam as pautas secundárias, que tratam de relações humanas, de saúde, de bem-estar, etc. Conclui a autora, então, que “masculino” é o gênero do jornalismo:

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. (SILVA, 2014, p. 102-103).

De acordo com a pesquisa “Perfil do jornalista brasileiro”¹⁶, elaborada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2012, os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres, brancas, solteiras e com até 30 anos. O estudo foi realizado com 2.731 jornalistas de todos os Estados que participaram voluntariamente da coleta de dados que aconteceu entre 25 de setembro e 18 de novembro de 2012. O percentual total de mulheres que respondeu a pesquisa foi de 64%.

Ainda sob esse viés, a pesquisa constatou que as mulheres jornalistas ganhavam menos que homens: eram maioria em todas as faixas de até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários. Essa constatação também reflete os papéis de gênero já pré-determinados e hierarquizados pela sociedade. Por mais que sejam maioria nas redações, elas ainda ocupam os menores cargos, sendo o papel de editor ocupado em sua maioria por homens - o lugar de poder ainda é reservado a eles e isso certamente irá influenciar na escolha de pautas, na forma com que as notícias serão estruturadas, no que será considerado mais importante, etc.

Silva, todavia, entende que esse processo

[...] não é unilateral, ou seja, não depende exclusivamente do jornalista. Tem a ver também com a classe social da qual este profissional é oriundo e com a visão de mundo que partilha, além, é claro, da sociedade onde está inserido e em processo de

¹⁶ Disponível em <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>
Acesso em 02 de maio de 2016.

permanente troca. Igualmente diz respeito às rotinas de produção do próprio órgão de informação. (SILVA, 2014, p. 68).

Todos esses marcadores irão influenciar, antes mesmo da formação profissional, na constituição de um sujeito, que, ao pôr em prática seu trabalho jornalístico, carregará consigo essas visões de mundo que, em muitos momentos, serão decisivas na execução de seu trabalho. Assim, o jornalista fica no centro:

[...] de um lado, seus valores, sua subjetividade, oriundos da cultura da sociedade e do grupo social onde o mesmo está inserido (e de onde se origina), e de outro, o *modus operandis* da profissão que, igualmente, possui uma cultura específica e que está relacionada às estruturas do poder e do saber e que se refletem nos discursos produzidos. (SILVA, 2014, p. 69, grifo da autora).

Por esse ângulo, a pesquisa da Fenaj constatou ainda que o percentual de negros entre os jornalistas era inferior à metade da presença de pretos e pardos no Brasil; que quatro em cada dez residiam e trabalhavam em São Paulo; que metade dos jornalistas se considerava de esquerda, mas quase um terço refutava qualquer classificação ideológica e nove em cada dez jornalistas não eram filiados a partidos políticos; que apenas um a cada três jornalistas participava de movimentos sociais, associações ou organizações.

Não há como analisar o produto do trabalho jornalístico sem levar em conta esses fatores. Além de informarem sobre a atuação profissional, eles ilustram o contexto que influencia na formação da subjetividade do sujeito jornalista e não irá abandoná-lo, já que é parte dele que age consciente ou inconscientemente:

A subjetividade, espaço íntimo do indivíduo com o qual ele se relaciona com o mundo social, resultando em marcas próprias tanto na formação individual quanto na construção de valores compartilhados na cultura, é um elemento fundamental também na “tribo” jornalística. É na subjetividade que as emoções, sentimentos, cognição e pensamentos estão postos, e são estes componentes intangíveis os primeiros modos de dar significado aos fatos. É a própria subjetividade o primeiro elemento negligenciado no jornalismo como um todo, refletindo-se como parte do procedimento de atribuir objetividade e neutralidade às narrativas do “real”. (SILVA, 2014, p. 76-77).

Entender quem são os jornalistas que atuam na construção das notícias que iremos analisar colabora para a compreensão de sua estrutura, do que foi e de como foi dito, do que é considerado principal, quais foram as fontes ouvidas, etc. Além disso, confirma que a atuação do jornalista não é neutra, que tudo isso influenciará na formação dos discursos, na constituição de hierarquias, na exclusão ou inclusão de determinadas pautas e aproxima o jornalista do restante da sociedade, colocando-o na posição de um cidadão comum, que também é moldado pela realidade que a ajuda a construir.

3 GÊNERO E VIOLÊNCIA

A segunda parte deste trabalho irá tratar da violência de gênero contra a mulher. No Brasil, ela é reconhecida por meio das leis Maria da Penha e do Femicídio. Antes de entrar, no entanto, nas especificidades das duas situações, é necessário entender e problematizar as relações culturais e de poder que ocasionam diferentes opressões de gênero, ainda naturalizadas por parte da sociedade.

Para isso, este trabalho parte de uma concepção teórica pós-estruturalista, que entende o gênero como uma categoria de análise histórica (SCOTT, 1995), que permite compreender como se construíram as diferenças entre homens e mulheres ao longo dos séculos e como se deu a marginalização de identidades que não correspondem à norma.

3.1. Gênero e identidade

Para Miriam Pillar Grossi (1998), foi na década de 1960 que os estudos de gênero ganharam força, impulsionados por movimentos que contestavam o sistema e se opunham a regimes autoritários que vinham se estabelecendo, principalmente em países da América Latina. As mulheres estavam presentes e eram parte significativa da militância, mas não demorou muito para que muitas delas percebessem que “apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário” (GROSSI, 1998, p. 2). Essa escala refletia, no entanto, a realidade de uma sociedade que ainda tem muito bem demarcadas suas hierarquias, sejam elas de gênero, de raça, de classe, de sexualidade, etc.

A ampliação da luta social motivou diversas minorias a questionarem seus espaços dentro dos próprios movimentos e na sociedade no geral. A sexualidade das mulheres também foi alvo de revoluções na década de 1960, com o surgimento da pílula anticoncepcional. Apesar de hoje também ser entendida como forma de dominação e controle dos corpos femininos, na época significou a libertação sexual de muitas mulheres que foram estimuladas a contestar valores como o da virgindade e do casamento.

No mesmo período, o movimento LGBT também ganhou força e, junto com o movimento feminista, passou a questionar as relações afetivas e sexuais normatizadas na sociedade. De acordo com Guacira Lopes Louro (2014), é nesse contexto que os estudos sobre as mulheres são impulsionados também dentro da academia, com a chamada segunda onda do feminismo.

Até então, a luta das mulheres era marcada por reivindicações sociais tendo como auge o sufrágio - movimento para que as mulheres da Inglaterra e dos Estados Unidos também pudessem votar, na década de 1920 - e que se estendeu por diversos países ocidentais. O sufrágio, no entanto, como destaca Louro (2014), foi um movimento ligado quase que majoritariamente aos interesses de mulheres brancas e de classe média, marcado por ações restritas aos campos político e social, não abarcando outros campos.

Resguardadas até então ao mundo privado, a imersão no mundo do trabalho e a conquista de direitos como o voto fez com que essas mulheres voltassem seus olhos para outro campo até então frequentado e legitimado apenas pelos homens: a ciência. Louro (2014) destaca que a baixa ou praticamente nula produção de conhecimento por mulheres até então era consequência da segregação social e política a que elas foram historicamente levadas, o que as tornou sujeitos invisíveis e destinadas ao mundo privado: de cuidado do lar, dos filhos e do marido. No caso do Brasil, é na década de 1980 que os estudos de gênero crescem dentro das universidades e passam a problematizar as determinações biológicas até então inquestionáveis.

Por muito tempo, buscou-se diferenciar homens e mulheres baseando-se apenas em explicações da ordem natural, ancoradas, segundo Grossi, no fato da biologia ser uma ciência que tem uma verdade exata. No entanto, a autora problematiza a forma com que o saber era construído e quem tinha acesso a ele,

A ciência, tal qual a conhecemos, parece dar explicações ‘neutras’ e ‘objetivas’ para as relações sociais. No entanto, a ciência que aprendemos desde a escola reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, os quais refletem apenas uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais. (GROSSI, 1998, p. 4).

Quando ingressam no mundo acadêmico, as mulheres passam a discorrer sobre temas até então invisibilizados, questionam os saberes e sua produção e desconstruem verdades científicas vistas como absolutas até então. Além disso, “objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos e transgredidos” (LOURO, 2014, p. 23). Para a autora, quando as mulheres admitiam que seus estudos tratavam da sua própria realidade - seja escrevendo na primeira pessoa, fazendo uso de cartas e diários ou admitindo que o assunto fazia parte de seu interesse pessoal - elas afirmavam o caráter político de seu trabalho. Nesse sentido, surgiram vários estudos que tentavam explicar como se deram as desigualdades entre homens e mulheres ao longo da história, mas praticamente todas

as teóricas da época concordavam em um ponto: as divergências não resultavam de um ato único e sim de uma série de ações e construções sociais. Para Louro (2008, p. 17), “Fazer-se mulher dependia de marcas, de gestos, de comportamentos [...] que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”.

Surge então a necessidade de um conceito que diferencie os processos que constituem os indivíduos enquanto homens e mulheres, até então naturalizados e explicados somente pela biologia, e que contemple também as características sociais e culturais. Assim,

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, por meio de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental. (LOURO, 2014, p. 25, grifo da autora).

O conceito de gênero enfatiza então o caráter social e histórico das relações. A partir dessa perspectiva, pode-se entender que as disparidades a que homens e mulheres estão sujeitos - dentre elas a violência - são consequência de determinações culturais que pressupõem e definem lugares, profissões, direitos, representações, etc. Essas diferenciações podem ser predeterminadas pelo sexo biológico, mas são justificadas pelo campo social em que cada indivíduo vai crescer e se constituir enquanto sujeito. Como aponta Louro (2014, p. 26): “[...] o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obrigando aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando”. Isso significa pensar na existência não mais de uma condição feminina, “uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos” (GROSSI, 1998, p. 3).

De acordo com Scott (1995, p. 3), foi com as feministas americanas que o termo “gênero” (*gender*) começou a ser utilizado, no final do século XX, como uma categoria de análise do que havia sido produzido e pensado até então. Ela afirma que essas mulheres usavam o termo “para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (SCOTT, 1995, p. 19). Para ela, o mais importante do novo conceito era que ele revolucionaria a pesquisa sobre mulheres e desconstruiria paradigmas dentro de todas as disciplinas. A partir disso, as feministas encontraram não só uma via teórica própria, como também aliados cientistas e políticos, que reconheceram que certas verdades tinham de ser questionadas e que os estudos deveriam levar em conta novas categorias. Se até então toda a

história havia sido escrita por homens, se toda ciência havia sido pensada e elaborada por homens, será que algo não havia sido esquecido? Será que certas verdades não poderiam sim, ser contestadas? Será que se a história tivesse sido escrita pelas mãos de diferentes mulheres, ela não seria contada de outra forma?

Scott (1995, p. 21) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder”. Ela afirma que o gênero articula quatro elementos entre si. O primeiro trata dos símbolos culturalmente construídos e reproduzidos, que associam e determinam o que é ser mulher. O segundo refere-se a afirmações normativas utilizadas de forma doutrinária pelas instituições a fim de definir e estratificar o que é masculino e o que é feminino. O terceiro requer uma visão mais ampla que não reduza a questão do gênero ao parentesco, como assim o fizeram diversos historiadores (SCOTT, 1995, p. 22); é preciso considerar também a influência de todos os outros setores da sociedade na significação do gênero e dos binarismos. Nesse sentido, Louro (2008) concorda que “família, escolas, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (p. 18). Ela afirma que as composições de gênero e sexualidade acontecem e se modificam ao longo de toda a vida, influenciadas diretamente por instâncias do poder que estão espalhadas por todos os espaços e que fundam o que a autora vai chamar de *potentes pedagogias culturais* (LOURO, 2008, p. 18, grifo da autora).

O quarto e último aspecto destacado por Scott trata das identidades subjetivas e da relação entre identidade de gênero e sexualidade, afirmando que a sociedade cobra que uma legitime a outra. Porém, antes de especificar melhor o conceito de identidade de gênero, é preciso analisar o que se entende aqui por identidade. Para Hall (1997),

O que denominamos ‘nossas identidades’ poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos ‘viver’, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeito individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997, p. 8).

Hall (2005) acredita que as identidades modernas estão cada vez mais descentralizadas e desfragmentadas, fruto de diversos questionamentos sobre concepções até então tidas como fixas e que hoje estão sendo quebradas. É o caso da sexualidade, por exemplo, já que cada vez mais os sujeitos permitem-se vivê-la priorizando suas vontades e seus prazeres, rejeitando a norma heterossexual e monogâmica. Isso permite ainda que se assumam identidades que não são permanentes, mas que podem ser transformadas continuamente com base nas formas pelas

quais são representadas nos diferentes sistemas culturais (HALL, 2005). Além disso, as transformações sociais e culturais abrangem um número cada vez maior de pessoas e acabaram por desestabilizar antigas e sólidas certezas, “subvertendo formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer” (LOURO, 2008, p. 19). Essas novas formas de existência resultaram em uma nova política cultural, a política das identidades, que iniciou nos anos 1960 e cresce e se fortifica nos dias atuais. Esse movimento é protagonizado por diversas minorias - mulheres e negros, por exemplo - que questionam teorias e conceitos, derrubam formas e criam novas linguagens. (LOURO, 2008).

Para Hall, é impossível que o sujeito pós-moderno viva uma identidade plenamente unificada e isso só poderia ocorrer sem nenhum confronto e questionamento, a partir da construção de “uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” (HALL, 2005, p. 13). Em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, o autor analisa cinco teorias sociais que, baseadas nas rupturas dos discursos modernos, embasam e justificam seu argumento de fragmentação das identidades. A primeira, ancorada na obra de Marx, avalia que a história é escrita com base em recursos e materiais que lhes foram transmitidos pelas gerações anteriores. Ou seja, tudo é recriado com base no que foi escrito por outras pessoas, que também partiram de um lugar social que influenciará na produção de novos discursos. Hall (2005, p. 36) afirma que, embora o pensamento de Marx tenha sido amplamente criticado, ele impactou consideravelmente nos ramos do pensamento moderno.

Resgatando-se a psicanálise, chega-se à ideia de *identificação* e não de identidade, já que ela é um processo em andamento e não algo existente e mutável, inerte desde o nascimento. De acordo com essa visão, a identidade está sempre incompleta, sempre sendo formada principalmente do que é negado - as partes “femininas” do eu masculino, por exemplo, mesmo que rejeitadas, permanecem com o sujeito ao longo da vida e, mesmo que inconsciente, influenciam na formação da identidade (HALL, 2005).

A linguagem e o sistema de significados também colaboram para a fragmentação das identidades, já que ambos constituem um sistema social. “Falar uma língua não [...] significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 2005 p. 40). A linguagem, nesse sentido, tem papel fundamental na formação dos sujeitos, já que é por meio dela que os significados são transmitidos, entendidos e compartilhados. Nesse sentido, o autor faz uma analogia entre a linguagem e a identidade, afirmando que ambos se constroem também nas relações de similaridade e diferença. Sabe-se que é “dia” porque não é “noite” e assim também acontece com as identidades, já que construímos quem somos a partir do outro, com base no que não

podemos ser (HALL, 2005). Logo, assim como as identidades são mutáveis, os significados também o são e mudam ao longo do tempo,

O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis. (HALL, 2005, p. 41).

O quarto descentramento trazido pelo autor recorre ao trabalho de Michel Foucault e sua análise do sujeito moderno e das contribuições do filósofo francês com os estudos sobre o “poder disciplinar” (HALL, 2005, p. 42). Assim como apontado por Scott (1995) e Louro (2008), Hall destaca a influência das instituições na regulamentação e na vigilância dos sistemas sociais e também dos corpos dos indivíduos, com o objetivo de chegar a sujeitos cada vez mais domesticados. Nesse sentido, colaboram as ações do Estado, dos sistemas de saúde, das escolas, das igrejas. Influencia também o poder destinado à mídia, sempre presente na vida das pessoas e colaborando para a produção de saberes e de verdades sobre os corpos - saberes que dificilmente fogem da norma. O que mais interessa no trabalho de Foucault é a observação do filósofo de que, por mais que todas essas ações de controle partam de instituições coletivas e que não sejam destinadas a um indivíduo em particular, elas reforçam e colaboram para o isolamento dos sujeitos, tornando-os cada vez mais individualista, vigilantes e isolados. (HALL, 2005).

O quinto e o mais importante elemento para este trabalho é o impacto do feminismo tanto enquanto crítica teórica como movimento social. Para Hall (2005, p. 46), “aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero”. Foi nesse cenário, como já mencionado, que os estudos de gênero começaram a questionar as hierarquias vigentes e voltaram seus olhos para identidades até então negadas e escondidas.

É importante, nesse sentido, diferenciar a ideia de *gênero* da de *identidade de gênero*. O primeiro, como já mencionado, diz respeito a determinações sociais e culturais, que variam com o lugar e o momento histórico e que podem ser predeterminadas a partir do sexo biológico. Nesse sentido, Scott (1995, p. 7) atenta que “O uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”. Para a autora, o gênero é a organização social da diferença sexual, mas não reflete apenas as diferenças físicas e fixas entre homens e mulheres porque, ao se reduzir toda a questão às diferenças biológicas do sexo, se exclui todas

as outras formas de viver o corpo e a sexualidade que não se enquadram nos binarismos homem/mulher, heterossexual/homossexual, etc.

Já o conceito de identidade de gênero pode ser entendido como a construção que cada sujeito fará de si mesmo a partir de suas vivências e do contexto cultural do qual parte. Louro (2014, p. 28) afirma que se pode compreender “os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias”. Por isso a necessidade de não se reduzir toda a problemática do gênero a questões biológicas e binárias, porque existem identidades que não se enquadram em nenhum dos lados dessa fronteira, e o lugar de muitos sujeitos é justamente a fronteira (LOURO, 2008, p. 21).

Nicholson (1999, p. 13) analisa que foi a partir do século XVIII que teve início uma compreensão binária da relação entre homens e mulheres tendo o corpo como fonte desse binarismo. Antes disso, a mulher era vista como um ser inferior ao homem. A autora concorda que o gênero não pode ser reduzido a questões biológicas, porque também existem “formas culturalmente variadas de se entender o corpo” (NICHOLSON, 1999, p. 6), que são frequentemente generalizadas e reduzidas a uma visão moderna e ocidental. Para isso, é necessário abandonar as visões deterministas e funcionalistas biológicas sobre os corpos, o que não significa desconsiderá-los e sim compreender que eles também são variáveis que integram um grande conjunto de marcadores que podem explicar o “ser mulher” (NICHOLSON, 1999, p. 6).

Scott também concorda que o corpo tem uma história e colabora para entender gênero enquanto organização social, mas ela atenta para a necessidade de se pensar também o momento histórico, o contexto político e a utilização da força para a construção da dicotomia homem/mulher. Em uma entrevista, ela afirmou

Toma-se o corpo para encontrar algo, para legitimar alguma coisa. Sim, nós temos um corpo, mas o uso do corpo, a ideia do corpo, o conceito do corpo, o *status* do corpo, isto depende do contexto social e histórico. Acho que não devemos considerar o corpo como algo biológico, dado de antemão, mas que devemos pensar o uso do corpo na retórica, nas discussões sobre as diferenças do sexo. (GROSSI, HEILBORN e RIAL, 1998, p. 11).

A ideia não é de negar a materialidade dos corpos, mas entender que “é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados” (LOURO, 2008, p. 22) e, ainda, que é dentro da cultura que se aprende a viver o gênero e a sexualidade. Para Hall (1997, p. 6), a cultura não pode mais ser vista e estudada de forma isolada ou secundária em relação ao que move o mundo e sim como algo constitutivo que

determina como se dará esse movimento. Ele entende a cultura como a soma de diversos sistemas de classificação e significação aos quais recorreremos, por meio da língua, a fim de dar significado às coisas.

A cultura permeia, assim, todos os espaços da vida social, mediando a sociedade, mas impactando também na forma com que as identidades e as subjetividades são construídas. Nesse sentido, Louro destaca que a cultura continuamente reafirma o que é e o que não é aceitável, o que é referência, o que está de acordo com a norma e o que não está. A diferença não seria então natural e sim naturalizada e a possibilidade atual de romper com os binarismos de gênero não significa que os mesmos tenham liberdade para transitar entre essas fronteiras (LOURO, 2008, p. 22). Afinal, ainda existe uma norma que foi construída historicamente, que é onipresente e que marca todas as identidades desviantes. Essa norma é associada à figura do homem branco, cisgênero, heterossexual e de classe média, e faz com que todos que os desviantes sejam oprimidos em diferentes níveis e formas.

Esse trabalho entende a violência de gênero contra a mulher como uma das inúmeras formas de opressão resultantes da construção histórica e da manutenção dessa norma, também conhecida por heteronormatividade. É importante ressaltar, no entanto, que se entende que esse tipo de opressão atinge e vitima mulheres de formas diferentes e que é preciso analisá-la junto com outros marcadores, como de raça e classe social. Além disso, parte-se de uma perspectiva feminista interseccional, que entende o “ser mulher” para além de uma determinação biológica, acreditando e reafirmando que mulheres transexuais também são vítimas desse tipo de violência.

3.2 Articulações do movimento feminista pelo fim da violência contra a mulher

Segundo Grossi (1994, p. 473), o movimento feminista brasileiro esteve ligado, desde seu início no Brasil, rigorosamente, com a pesquisa acadêmica. Isso caracteriza uma especificidade do movimento em relação a outros países da Europa e o Estados Unidos, por exemplo, onde o feminismo teve início com a luta das mulheres nos campos sociais e políticos. Com relação às feministas brasileiras, até a metade da década de 1980, a maioria atuava tanto na academia quanto na militância. Passado esse período e com a ampliação dos estudos de gênero dentro da academia e de políticas públicas voltadas às mulheres, ocorreu um movimento natural que, de certa forma, fez com que algumas mulheres se voltassem mais ao mundo acadêmico e outras à militância (GROSSI, 1994, p. 473). É nesse contexto que se

ampliam os estudos sobre a violência de gênero contra a mulher e que o movimento social começa a ir às ruas para reivindicar os direitos das mulheres.

Ao realizar o resgate histórico sobre o início do movimento feminista brasileiro, Grossi (1994, p 474) destaca que foi em 1979 que as mulheres foram às ruas pela primeira vez para denunciar a violência de gênero contra a mulher. Na ocasião, acontecia o julgamento do assassinato da milionária Angela Diniz, que foi morta por seu então companheiro Doca Street, que disparou três tiros no rosto e um na nuca da socialite. O caso foi amplamente divulgado pela mídia da época e Ângela foi acusada de “atentar contra os bons costumes”, o que ilustra o histórico de culpabilização de mulheres vítimas de violência. No primeiro julgamento, Doca foi condenado a dois anos de prisão, mas pôde cumprir a pena em liberdade. Em 1981, após um recurso da defesa, ele foi condenado ao cumprimento de 15 anos de prisão em regime fechado.

A partir desse emblemático caso, outras situações de feminicídios começaram a ganhar notoriedade, graças à atuação conjunta de mulheres nas grandes capitais do país. Foi também em 1979, por exemplo, que feministas do Rio de Janeiro criaram a Comissão Violência Contra a Mulher (GROSSI, 1994, p. 474). Na sequência, surgiu o SOS Mulher, espaço organizado voluntariamente por mulheres com o objetivo de prestar assistência a outras mulheres vítimas de violência.

Internacionalmente, foi com base na garantia universal dos direitos humanos que a luta pelo fim da violência de gênero contra a mulher ganhou notoriedade. Em 1975, foi realizada no México a Primeira Conferência Mundial da Mulher, que culminou, em 1979, com a aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW - *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*), conhecida como Lei Internacional dos Direitos da Mulher. O Brasil assinou a CEDAW em 31 de março de 1981. Antes disso, em 1980, grupos feministas brasileiros instituíram o Dia Nacional de Luta contra a Violência contra a Mulher, comemorado em 10 de outubro, e que ainda tem visibilidade nos dias de hoje, com manifestações e articulações em todo o país.

Em 1985, com a forte reivindicação do movimento feminista, começaram a ser criadas as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), iniciativa que ampliou o debate, principalmente, sobre a violência doméstica. De acordo com Grossi (1994, p. 475), o principal trabalho dessas instituições “tem sido o de uma ‘escuta’ dos problemas afetivo-conjugais, cumprindo um papel talvez similar ao dos espaços psicanalíticos para as mulheres de classe média”. Safiotti (2011, p. 89) atenta, no entanto, que foi só em 1998 que

houve uma preocupação por parte do poder público em preparar os funcionários das DEAMs - na ocasião, delegadas - no sentido de uma compreensão maior sobre as relações de gênero na sociedade e seus reflexos enquanto violência.

Na década de 1990, criam-se os albergues destinados exclusivamente ao abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica, a fim de atender aquelas que queriam deixar ou se ausentar de suas casas e não tinham condições financeiras para isso. Hoje, de acordo com dados divulgados em 2014 pelo Governo Federal, o Brasil possui mais de mil (1.027) serviços especializados em atendimento à mulher, entre Delegacias Especializadas, Casas de Abrigo, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, serviços de saúde e Centros de Referência. O número expressa um aumento significativo nos últimos anos, mas ainda é pequeno se comparado ao número de mulheres do país e aos casos de violência de gênero contra a mulher que são registrados diariamente.

Ainda nos anos 1990, mais especificamente em 1993 (GROSSI, 2012, p. 89), foi realizada em Viena a Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos, que resultou na Declaração sobre a Eliminação da Violência. No ano seguinte, o Brasil sediou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará. O evento foi importante para a conceituação da violência contra a mulher, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos e estabelecendo deveres a todos os Estados signatários, com o objetivo de criar condições de enfrentamento ao ciclo de violência. De acordo com Grossi (2012, p. 89), a Convenção foi extremamente importante porque firmou o reconhecimento e o repúdio da Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação ao tema e por ter sido a primeira a incluir a violência psicológica como uma das formas de lesar as mulheres.

Somado a isso, pode-se citar a Constituição de 1989, que além de enfatizar a igualdade entre homens e mulheres, prevê que o Estado deve assegurar a assistência à família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (artigo 226). Grossi (2012, p. 89 e p. 90) destaca, no entanto, a carência de um maior aprofundamento do dispositivo, o que impossibilitava que o Estado realmente atuasse de forma combativa e interferisse em casos de violência doméstica.

Foi só em 2004, com a Lei nº 10.886/04, que a violência doméstica foi reconhecida pelo Código Penal e definida como qualquer tipo de lesão praticada na esfera familiar contra a mulher, seja pelo companheiro, filho, irmão ou com qualquer pessoa de convivência neste âmbito. De acordo com Ana Lúcia Sabadell (apud GROSSI, 2012, p. 91), essa legislação subtrai as relações de gênero em âmbito familiar, ou seja, não reconhece que o que ocasiona

esse tipo de agressão é uma construção social baseada no gênero e que legitima e naturaliza a conduta violenta masculina.

Já em 2006, o Estado criou dispositivos legais de combate e punição à violência contra a mulher, com a Lei nº 11.340, também conhecida por Lei Maria da Penha. A partir da Constituição Federal e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, a Lei dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres vítimas. A legislação mudou o cenário jurídico no que compete à violência contra a mulher e criou mecanismos de defesa e amparo a todas que já passaram por algum tipo de violação e que seguiram com os procedimentos legais necessários para a punição dos agressores.

Mais recentemente, em 9 de março de 2015, a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a Lei nº 13.104, que prevê o feminicídio como crime hediondo. Ao longo deste capítulo e no próximo, este trabalho irá analisar com maior profundidade a ocorrência dos feminicídios no Brasil.

3.3 A violência a partir de uma perspectiva interseccional

Antes de seguir analisando a temática da violência contra a mulher é necessário conceituar o que se entende nesse trabalho por violência. Heleieth Saffioti (2004, p. 75) avalia que as violências nunca ocorrem sozinhas. A violência emocional (ou psicológica) sempre se fará presente junto das demais, sendo ela a mais difícil de ser identificada, consequência de uma sociedade que naturaliza as diferenças de gênero e que confere à mulher a obrigação de suportar diversos tipos de violações que lhe são acometidas diariamente. Nesse sentido, a autora entende que se poderia conceituar a violência como uma forma de ruptura da integridade. Esse conceito, no entanto, parte de uma perspectiva que pode levar a se considerar apenas a violência física, deixando de lado a violência psicológica. Além disso, o conceito é em parte individualista, já que parte da premissa de que a mulher violada é quem deve reconhecer que está sendo violentada.

Por esse motivo, a autora prefere trabalhar com o conceito de “direitos humanos” (SAFFIOTI, 2004, p. 76), entendendo por violência qualquer ação que possa violá-los. Ela observa, no entanto, que também os direitos humanos foram construídos a partir de uma ótica que entende a figura do homem (masculina) como central.

É bem verdade que isto exige uma releitura dos direitos humanos. Já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: Declaração

Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Por haver escrito a versão feminina dos direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã), Olympe de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1792. Como o homem sempre foi tomado como o protótipo de humanidade (FACIO, 1991), bastaria mencionar os direitos daquele para contemplar esta. Rigorosamente, é ainda muito incipiente a consideração dos direitos humanos como também femininos. Tudo, ou quase tudo, ainda é feito sob medida para o homem. (SAFFIOTI, 2004, p. 76).

Ela destaca ainda que já existe uma movimentação para que se compreenda os direitos humanos a partir de uma perspectiva feminina, o que vem sendo amplamente desenvolvido nos campos da saúde, da educação e da violência, por exemplo. Nesse sentido, Facio considera que se faz necessária uma releitura, "de modo a contemplar as diferenças entre homens e mulheres, sem perder de vista a aspiração à igualdade social e a luta para a obtenção de sua completude" (FACIO apud SAFFIOTI, 2004, p. 78).

Outro conceito que se faz importante para este trabalho é o de interseccionalidade. Cabrera (2004), afirma que o conceito tem origem com o movimento feminista negro dos Estados Unidos, que sempre denunciou e lutou não só pelo fim da discriminação de gênero, mas também do racismo, que sempre fez parte da sua história. A autora cita a feminista afroestaduniense Kimberlé Williams Crenshaw como a precursora na utilização do termo interseccionalidade, em 1995, e menciona que "Crenshaw define la interseccionalidad como la expresión de un 'sistema complejo de estructuras de opresión que son múltiples y simultáneas'" (CABRERA, 2011, p. 10).

Crenshaw defende que mulheres negras dos Estados Unidos eram vítimas do racismo de maneira distinta que os homens negros, já que, além de serem discriminadas pela sua cor, elas também eram vítimas do sexismo. Cabrera (2011) destaca que esses conceitos já haviam sido introduzidos nas discussões teóricas do período conhecido como segundo renascimento do feminismo negro dos Estados Unidos, que propôs novas pautas para o feminismo que até então não havia dado espaço para temas como o racismo.

Sáez (apud Carvalho, 2013, p. 4 e 5) analisa que foi na década de 1980 que os contornos identitários do movimento feminista foram questionados. Ele concorda que até então, o movimento feminista era protagonizado por mulheres brancas, heterossexuais, de classe média, ocidentais (europeias e norte-americanas). Assim, feministas lésbicas, negras, latinas e transexuais não eram contempladas pelas demandas do movimento, demonstrando que o preconceito e as hierarquias também eram (e ainda o são) parte do feminismo,

A crítica feita pelo autor a este feminismo branco-hétero-ocidental é que este se centra no conceito de gênero e em uma visão naturalizada de sexo e de mulher. Este feminismo de visão mais universalizante norte-americano não teria aceitado de imediato a participação das lésbicas em seu movimento, uma vez que temeria que a

presença destas pudesse dar uma má imagem ao movimento feminista – e esta má imagem seria a identificação das feministas como lésbicas. (CARVALHO, 2013, p. 5).

De acordo com Cabrera (2011), esse modelo de interseccionalidade vê a violência como resultado de uma série de ações contra as mulheres, intensificadas pela classe social, pela cor, pela religião, entre outros marcadores, não podendo ela ser explicada única e exclusivamente por uma condição de gênero.

Para Saffioti (2004), não se pode partir do pressuposto de que os sujeitos são homogêneos, porque, dependendo do contexto social em que estão inseridos, uma dessas características poderá se sobressair na constituição de suas identidades e na forma com que serão percebidos pela sociedade. Ela atenta ainda, como já observado por Hall (2005), à relação entre identidade e diferença:

Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças. (SAFFIOTI, 2004, p. 29).

Este trabalho compreende, em consonância com Safiotti (2004) e com Cabrera (2001), que os direitos humanos lutam pela garantia de que todos os indivíduos possam livremente viver suas diferenças de forma igualitária. Por isso a violência pode ser entendida como uma forma de violação deste direito. No caso da violência de gênero contra a mulher, parte-se da premissa de que ela deve ser analisada de forma interseccional, assumindo-se que existem mulheres que serão violentadas de formas e intensidades diferentes ao longo da vida.

3.3.1 *Violência de gênero e teoria queer*

Os estudos feministas costumam denominar e categorizar os tipos de violência a que as mulheres são submetidas de diversas formas. Há quem prefira tratar a violência doméstica como violência conjugal ou familiar; a violência psicológica é também chamada de violência moral ou emocional; os feminicídios também são conhecidos femicídios e há ainda quem relute em diferenciá-los dos homicídios. Existem ainda os que, influenciados pela dicotomia masculino/feminino preferem agrupar todas essas violações na categoria violência de gênero. Baseada em autoras como Cabrera (2011) e Lagarde (2006), opta-se pela denominação *violência de gênero contra a mulher*, partindo do pressuposto de que *violência de gênero*

compreende também as agressões sofridas por toda a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais) e todas as identidades que não se enquadram na norma cisgênero. Além disso, considera-se que existe ainda uma tendência em associar o termo “gênero” ao feminino, por isso o esforço de enquadrar a VCM (violência contra a mulher) como um dos tipos de violência de gênero e não o único.

Para entender melhor essa diferenciação, é necessário retomar alguns apontamentos no que diz respeito ao gênero. Para Swain,

Além do papel social definido em feminino e masculino, as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos não só enquanto sexo genital, mas igualmente moldando-os e assujeitando-os a práticas normativas que hoje se encontram disseminadas no Ocidente. (SWAIN, 2001, p. 13).

Todas essas representações foram sendo naturalizadas ao longo da história, reafirmadas pelas instituições de poder e interiorizadas nas memórias discursivas dos sujeitos. A heterossexualidade foi sendo absorvida como norma, bem como os papéis destinados aos homens e mulheres foram naturalizados, criando-se um espaço social binário e heterossexual.

De acordo com Araújo (2014, p. 1), a violência contra a população LGBT tem na sua base o heterossexismo, “um sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer forma de comportamento, identidade, relação ou comunidade não-heterossexual”. Ou seja, o que leva indivíduos a sofrerem esse tipo de violência é o fato destes não se enquadrarem por completo em papéis e sexualidades já pré-determinados e normatizados pela sociedade, que ainda se mostra intolerante e agressiva perante à diversidade.

Essas violações passam a ser denunciadas pelo movimento feminista e pelo movimento gay, principalmente a partir da década de 1980. De acordo com Louro (2001, p. 542-543), foi nesse período que se deixou de buscar uma explicação moral ou desviante para a homossexualidade e ela passou a ser vista como uma condição também atravessada por dimensões de classe, de raça, de nacionalidade entre outros, ou seja, buscou-se uma identidade homossexual. No entanto, ao mesmo tempo em que esses grupos minoritários buscavam a construção de uma identidade, um novo binarismo era criado entre a homossexualidade e a heterossexualidade - o que ainda reiterava uma norma e era excludente, já que assim como existem pessoas que não se enquadram na dicotomia homem/mulher, também existem indivíduos que não se veem na diferenciação homossexual/heterossexual.

Para muitas teóricas, como Butler (1990), Rubin (1975) e Scott (1995), o gênero produz o sexo, por meio de uma correspondência sociológica e política, sendo a “importância dada ao sexo, ao aparelho genital, na positividade e divisão da sociedade ela mesma uma

criação histórica e social” (SWAIN, 2001, p. 17 e p. 18). Partindo dessa perspectiva, a mídia teria papel fundamental enquanto *tecnologia de gênero* (LAURETIS apud SWAIN, 2001, p. 18), ou seja, enquanto reprodutora e construtora de sentidos sociais que ajudam a reforçar os papéis de gênero na sociedade.

Foi a partir da necessidade de compreensão das identidades (SWAIN, 2011, p. 4), para além de uma visão binária do gênero e da sexualidade, que surge a teoria queer. De acordo com Louro,

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais [...]. Esse termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier. (LOURO, 2011, p. 546).

De todas as discussões advindas da teoria queer, importa para este trabalho a ideia de que nem todos os sujeitos se enquadram nos binarismos feminino/masculino e homossexual/heterossexual - seu lugar pode estar à margem dessas constatações ou justamente ser a margem. Qualquer violação baseada na identidade desses sujeitos é aqui entendida também como uma violência de gênero, por isso a necessidade de distinção desta com relação à violência de gênero contra a mulher. As mulheres travestis e transexuais, portanto, são vistas nesse trabalho como possíveis vítimas de todas as formas de violência a que as mulheres estão sujeitas, além de se enquadrarem também nas violências que atingem a população LGBT.

A violência contra a população LGBT está presente nos mais diversos contextos sociais - escolas, família, trabalho - e também em esferas do poder público, de forma institucionalizada. No caso de pessoas transexuais, por exemplo, é comum que elas abandonem os estudos ainda quando jovens, já que não conseguem suportar o preconceito e a discriminação dos colegas e professores que não compreendem e respeitam sua identidade de gênero. De acordo com a Articulação Nacional dos Travestis, Transexuais e Transgêneros, a Antra, a população trans é o grupo social brasileiro mais sujeito à evasão escolar, com índices na casa dos 73%, o que leva aproximadamente 90% desse grupo a recorrer à prostituição como forma de sobrevivência.

De acordo com o terceiro relatório de violência homofóbica divulgado pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no início de 2016, ao menos cinco casos de homofobia são registrados no Brasil diariamente. O estudo é referente a 2013 e agrega no conceito de homofobia as discriminações sofridas em função da sexualidade e da identidade de gênero, desconsiderando o termo transfobia.

Naquele ano, foram registradas 1.965 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos. No que diz respeito aos tipos de violências, as psicológicas foram as mais mencionadas (40,1% do total), seguidas de discriminação (36,4%) e violências físicas (14,4%). Entre os tipos mais citados de violência psicológica encontram-se as humilhações (36,4%), as hostilizações (32,3%) e as ameaças (16,2%). No caso das discriminatórias, a mais reportada é a discriminação por orientação sexual, com 77,1% das denúncias. Foram notificadas ainda 74 denúncias de violência sexual. Entre elas, 43,2% são abusos sexuais, seguido por estupro (36,5%), exploração sexual (9,5%) e exploração sexual no turismo (1,4%).

O que intriga, segundo o próprio Ministério, é que os dados não estão próximos da totalidade dos crimes que ocorrem diariamente, já que foram captados por queixas feitas nas ouvidorias do Sistema Único de Saúde (SUS) e das secretarias de Políticas para Mulheres e de Direitos Humanos, por meio do Disque 100. A maioria das vítimas estava compreendida na faixa entre 15 e 30 anos (54,9%) e se autodeclarava no grupo de pretos ou pardos (39,9%).

No que diz respeito à legislação brasileira, os movimentos sociais ainda lutam pela criminalização da homofobia e da transfobia; mulheres transexuais e travestis não são contempladas pelas leis que combatem a violência de gênero contra a mulher - Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio - podendo ser observadas apenas algumas exceções na jurisprudência que compreenderam o gênero como fator determinante em casos de violência. De forma geral, tal qual a sociedade, o Poder Judiciário ainda se mostra conservador e relutante em aceitar e distinguir a identidade de gênero do sexo biológico, o que expõe e agride um grande número de pessoas transexuais no país.

3.3.2 A violência de gênero contra a mulher

A análise anterior que desconstrói uma ideia dicotômica de gênero influencia e leva muitas feministas pós-estruturalistas a criticarem outro termo muito usado para explicar as hierarquias de gênero constituintes da sociedade, o patriarcado. Saffioti (2004) relaciona a intensificação da agricultura a partir do capital com a formação do sistema patriarcal, apontando que por muito tempo os homens tiveram uma relação equilibrada e harmoniosa com os animais e a natureza. Ao referenciar Johnson (1997) e Fischer (1979), ela afirma que a criação de animais para corte fez com que os homens se dessem conta de que quanto maior o número de filhos homens, maior seria o número de braços para cultivar maiores áreas de terra. Além disso, a perda do caráter mágico da reprodução humana a partir da percepção de que ela

poderia ser controlada desfez o "vínculo especial das mulheres com a força da vida universal, podendo os homens se colocar no centro do universo. Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte da vida". (SAFIOTTI, 2004, p. 120-121). Toda essa relação teria sido crucial para a construção desse sistema de dominação e organização social baseada na supremacia masculina com relação às mulheres, o patriarcado.

A filósofa Marcia Tiburi (2015) defende que, por mais que existam críticas com relação ao uso da expressão, patriarcado ainda é um termo que pode ser utilizado, já que ele "reflete um sistema que é todo, que é linguístico, metafísico, epistemológico e que define que os homens têm um lugar primário e as mulheres têm um lugar secundário na ordem da cultura". Ela aponta ainda que todas as relações sociais, políticas e éticas - tanto no âmbito privado quanto público - são demarcadas por essa hierarquia, sendo o conceito ainda útil para expressar esse sistema que vem sendo alimentando pelas próprias pessoas e suas crenças ao longo da história.

Pateman (1993, *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 56) defende que não utilizar o termo patriarcado seria abandonar o único conceito que faz referência à submissão da mulher e que "singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política". Saffioti (2004) também defende a utilização do termo, afirmando que deixar de utilizá-lo não deixa de implicar em uma forma de naturalizá-lo, bem como naturalizar a dominação masculina em relação às mulheres e as formas com que isso se dá. Além disso, ela acredita que

O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho. (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

Nesse sentido, a cultura patriarcal teria criado uma série de valores, que ao mesmo tempo em que normatizam papéis de gênero, naturalizam a mulher enquanto submissa e o homem enquanto dominador. Essa dominação (que por si só já é violenta) e a constituição da mulher pelo olhar do homem é o que permite e legitima, segundo as teóricas do patriarcado, a violência de gênero contra a mulher.

As críticas do patriarcado justificam, todavia, que tanto a violência de gênero contra a mulher quanto outros marcadores das relações entre homens e mulheres não podem ser explicadas apenas pelo viés da dominação masculino-feminina. Para Scott (1998), a história das mulheres é sim uma parte da história da dominação masculina, mas a construção das identidades extrapola essa limitação:

[...] penso que isto conduz a evitar ideias mais complexas como as da subjetividade na história, e também à possibilidade, para as mulheres, de se organizarem contra as regras e as ideias que as aprisionaram na esfera privada do século XIX em uma história à parte. Sim, poderíamos começar falando disso, da dominação masculina, mas há também uma história a ser escrita. Uma história que toma [...] que continua a analisar a atividade das mulheres entre elas, as ideias políticas das mulheres... É verdade que a estrutura social constrói as relações homens/mulheres e a ideia da mulher, mas, ao mesmo tempo, considero que a subjetividade e a criação do sujeito são algo mais complexo do que a dominação. (GROSSI, HEILBORN e RIAL, 1998, p. 3).

Cabrera (2011), analisa que existe uma série de estudos que associam o sistema patriarcal a um primeiro fator de empobrecimento e violência das mulheres, mas ela destaca que ainda não são desenvolvidos muitos esforços no sentido de compreender como esse fator se entrelaça com outros de raça, etnia, classe, etc., sendo este um dos maiores desafios do movimento feminista latino-americano. Para a autora, a análise interseccional da violência de gênero contra a mulher com o aumento das políticas econômicas neoliberais, por exemplo, principalmente no que diz respeito às mulheres marginalizadas, permite concluir que essas políticas aumentaram a privação de direitos de todas as mulheres que estão à margem dos padrões socialmente aceitos. Nesse sentido, têm destaque as mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. A consequência é a intensificação da negação de seus direitos, principalmente no que diz respeito à violência. Grossi (1994, p. 483) cita como exemplos o genocídio das mulheres indígenas, algo que, segundo a autora, é bastante invisível e negligenciado quando se aborda a temática da violência contra as mulheres.

No que diz respeito às mulheres negras, pode-se apontar, ademais, a violência sofrida no acesso e na permanência no mercado de trabalho - seja pela aparência que não condiz com os padrões aceitos, pelo preconceito e discriminação por parte dos colegas de trabalho e do público com quem se relacionam ou até mesmo pela questão salarial. De acordo com uma pesquisa desenvolvida com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2004 e 2014 e que analisou a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as trabalhadoras negras são mais suscetíveis ao desemprego. Em 2014, 10,2% delas estavam desempregadas, enquanto a taxa entre os homens brancos era de 4,5%. Elas também obtêm a menor remuneração e são o maior

contingente de empregadas sem carteira assinada e em atividades reconhecidas como autônomas. Em 2014, elas não recebiam nem 40% da renda dos homens brancos, que era de R\$ 2.393, em comparação aos seus rendimentos médios de R\$ 946.

As mulheres negras ainda são violentadas, dentre outras formas, pela falta de representatividade, desde o que é veiculado pela mídia até mesmo dentro dos movimentos sociais. O próprio feminismo, por muito tempo, unificou as mulheres em uma só categoria, tratando como prioritárias as pautas das mulheres brancas, que eram (e às vezes ainda o são) as que têm maior voz dentro do movimento.

Já mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, elas sofrem por não se adequarem à heteronormatividade, sendo violentadas por suas sexualidades e suas identidades de gênero. Por esse ângulo, importa destacar que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero.

3.3.3 O Femicídio

O termo *femicídio* foi cunhado pelas teóricas feministas Diana Russell e Jil Radford, com o objetivo de descrever e denunciar o assassinato de mulheres por sua condição de gênero. De acordo com Carmem Campos (2015, p. 105), “inicialmente o termo foi concebido como um contraponto à neutralidade do termo homicídio”. Para Marcela Lagarde (2006), o termo expõe a morte de mulheres como a forma final da manifestação da violência de gênero contra a mulher. Ela destaca ainda que este é um tipo de violência exercido não apenas por homens, mas por homens colocados em supremacia social, sexual, jurídica, ideológica, política e econômica em relação às mulheres:

[...] la violencia feminicida es una violencia ejercida por la comunidad, supongamos, por particulares, por las instituciones y por todo ese entramado de relaciones sociales. Entonces las muertes evitables de mujeres son parte de la violencia feminicida. (LAGARDE, 2006, p. 224).

A autora faz uso da expressão *violência feminicida* para descrever o que seria produto de uma série de violações e negligências nos direitos humanos em todos os âmbitos, inclusive do estado. Campos (2015) considera que Lagarde introduz um elemento político na conceituação do feminicídio, ao reconhecer que o estado tem responsabilidade na produção desse tipo de morte:

[..] para que ocorra o feminicídio devem concorrer a impunidade, a omissão, a negligência e a conivência das autoridades do estado, que não criam segurança para a vida das mulheres. (CAMPOS, 2015, p. 106).

Lagarde também é a responsável pela criação do termo *feminicídio*, com o intuito de evitar o entendimento de femicídio como o feminino de homicídio, justamente por seus significados não serem opostos. Assim explica a autora:

Cuando traduje el texto de Diana Russell, me tomé la libertad de modificar el concepto, ella lo llama femicide y entonces yo lo traduje desde hace ya varios años como feminicidio, precisamente para que no fuera a confundirse en castellano como femicidio u homicidio femenino; no, yo quería que fuera un concepto claro, distinto, para que entonces viniera junto con todo el contenido del concepto, que es, como ya lo expliqué, muy complejo. (LAGARDE, 2006, p. 222).

No Brasil, a denúncia da ocorrência desse tipo de morte ganhou força com a Lei Maria da Penha e, mais recentemente, com a Lei do Feminicídio, que entrou em vigor em nove de março de 2015, alterando o Código Penal e incluindo esses crimes no rol de hediondos. Campos (2015) observa que a criminalização do feminicídio no Brasil segue uma tendência observada na América Latina, desde os anos 1990, de reconhecimento da violência contra a mulher. Ela critica, no entanto, a definição desse crime na legislação brasileira - a morte de mulheres por *razões da condição do sexo feminino* em duas circunstâncias: em casos de violência doméstica e familiar ou por menosprezo à condição de mulher (CAMPOS, 2015, p. 111). A autora resgata que o projeto original da Lei continha a expressão *razões de gênero*, possibilitando a inclusão de múltiplas identidades. A redução à uma condição relacionada ao sexo deu-se por interferências da bancada evangélica a fim de restringir sua aplicação somente às mulheres assim entendidas de acordo com fatores biológicos.

Os estudos contemporâneos de gênero desnaturalizaram o sistema sexo/gênero revelando que tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais [...]. Entretanto, a lei aprovada não compreendeu essa perspectiva e operou um retrocesso teórico de gênero para condição do sexo feminino (CAMPOS, 2015, p. 110).

A partir dessa perspectiva, a Lei seria então contraditória, já que, ao mesmo tempo em que denomina e expõe a morte de mulheres, reduz a condição de mulher a um fator biológico já superado por boa parte dos estudos feministas e de gênero (CAMPOS, 2015).

Apesar disso, outro marco considerado importante no combate a crimes de feminicídio foi a organização das Diretrizes Nacionais sobre Feminicídio, lançadas em abril de 2016 pelas, na época, Presidenta da República, Dilma Rousseff; Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes; e Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci. O livro foi elaborado em formato de um guia destinado a todos envolvidos em processos de investigação de feminicídios (como policiais, delegados, peritos,

juízes, etc). Adaptado à realidade brasileira, o documento integra o Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero e foi desenvolvido em parceria com a ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, que atua em conjunto com governos e com a sociedade civil a fim de promover políticas de igualdade. De acordo com o documento,

As Diretrizes Nacionais visam colaborar para o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e do julgamento das mortes violentas de mulheres de modo a evidenciar as razões de gênero como causas dessas mortes. O objetivo é reconhecer que, em contextos e circunstâncias particulares, as desigualdades de poder estruturantes das relações de gênero contribuem para aumentar a vulnerabilidade e o risco que resultam nessas mortes e, a partir disso, aprimorar a resposta do Estado, em conformidade com as obrigações nacionais e internacionais assumidas pelo governo brasileiro. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Diretrizes Nacionais sobre Femicídios, 2016, p. 16).

Ainda segundo o documento, além de incluir a perspectiva de gênero na investigação dos feminicídios, as diretrizes pretendem oferecer orientações gerais e técnicas para a atuação dos profissionais envolvidos nas investigações desse tipo de crime. Mais do que qualquer coisa, a ideia é a de sensibilizar o olhar desses profissionais, a fim de que eles sejam capazes de compreender essas mortes a partir de uma ótica interseccional que entende que o fator *gênero* tem influência direta e vitima mulheres diariamente no mundo todo.

O Brasil foi selecionado como país-piloto para a implementação do projeto em função do alto número de mortes de mulheres e da possibilidade de adaptação do programa ao sistema criminal. O Mapa da Violência 2015¹⁷ constatou que, entre 2003 e 2013, o número de vítimas de feminicídios no Brasil passou de 3.937 para 4.762, o que representa um aumento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), o Mapa constatou que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passou para 4,8 em 2013, representando um crescimento de 8,8% na década.

Uma consideração importante apontada pelo documento é a tendência de diminuição dos feminicídios de mulheres brancas em contrapartida de um aumento no índice de assassinatos de mulheres negras, o que reafirma que a marginalização do povo negro ainda é um forte demarcador da sociedade brasileira. O número de feminicídios de brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013, o que representa uma queda de 9,8% no total do

¹⁷ Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016.

período. Já os feminicídios de negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

Outro recorte que importa ser mencionado é da idade das vítimas, sendo maior a incidência de feminicídios em mulheres com idades na faixa entre 18 e 30 anos, o que pode ser compreendido como um sinal da decorrência dos assassinatos em função da violência doméstica, o que se relaciona com outra estatística, que é a do local da agressão. Quase a metade dos homicídios masculinos acontece na rua, com pouca incidência no domicílio. Já no caso feminino, essa proporção é bem menor: mesmo considerando que 31,2% acontecem na rua, o domicílio da vítima é também um local relevante (27,1%), indicando a alta domesticidade dos feminicídios.

Campos (2015) considera que o feminicídio pode ser utilizado como uma categoria de análise feminista com o intuito de nomear e de dar visibilidade para a ocorrência desse tipo de violência contra a mulher. Empregar o termo é uma forma, portanto, de reforçar a ausência de neutralidade nesses crimes, demarcando que eles estão atravessados por questões de gênero. Nesse sentido, como apontado por Lagarde (2006), diversas instituições podem colaborar para o rompimento desses ciclos de violência.

A mídia, quando pensada enquanto dispositivo pedagógico (FISCHER, 1997), pode colaborar com esse rompimento. Ao utilizar o termo feminicídio, o jornalismo pode fazer com que mais pessoas tomem conhecimento do que significa a expressão, além de propor a reflexão sobre o que está envolvido na ocorrência desse tipo de crime. Nessa direção, este trabalho pretende analisar como o jornalismo constrói as notícias de feminicídio e de que forma ele colabora para a discussão sobre a temática da violência de gênero contra a mulher.

4. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E O WEBJORNALSMO: ANÁLISE DO G1

Nesse capítulo serão apresentadas as análises e considerações acerca do material coletado, com apontamentos gerais sobre as notícias de violência contra a mulher e também com a análise mais específica das que relatam casos de feminicídios. Antes disso, no entanto, é necessário explicar como se deu a coleta e a categorização do *corpus*, bem como justificar o emprego da Análise de Conteúdo como metodologia.

4.1 Organização do material e metodologia

O trabalho teve início com a coleta do material relativo ao *corpus* da pesquisa que, segundo Bardin (2011, p. 126), “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Para isso, foram coletadas durante os meses de novembro e dezembro de 2015 as notícias da seção *Últimas notícias* do G1, o portal de notícias da Globo.

Lançado em 18 de dezembro de 2006, o G1 reúne notícias de todo o Brasil e do exterior. Além de produzir conteúdo exclusivo, o site também congrega notícias de outros canais da Globo. Essa relação foi observada por Assunção e Amaral (2009, p. 3):

A relação do G1 com o jornalismo da TV Globo e da Globo News é estreita. O G1 aproveita o conteúdo gerado pelas emissoras, complementando matérias de autoria de sua equipe com vídeos produzidos pela TV. As equipes compartilham ainda o acesso a um mesmo servidor que reúne informações como matérias, agenda de contatos, espelhos e pautas de jornais da emissora. Além disso, as três empresas jornalísticas têm acesso comum a plantões de agências internacionais e ao trabalho do setor de apuração.

As autoras apontam ainda a necessidade de diferenciar o G1 do site O Globo¹⁸ sendo que este reúne o conteúdo publicado no jornal impresso O Globo, enquanto o G1 tem a Web como plataforma exclusiva. Com redações em todo o país, o portal tem acesso a recursos para a atualização constante, o que permitiu uma coleta mais diversificada de notícias.

Além disso, o G1 é o portal de notícias mais acessado por brasileiros que procuram informação na internet. Em março de 2016, o site teve mais de 302 milhões de visitas¹⁹, uma média diária de quase 10 milhões de visitas - um aumento de 13% em relação ao mesmo

¹⁸ Disponível em <http://oglobo.globo.com>. Acesso em 02 de junho de 2016.

¹⁹ Disponível em <http://mercadonoar.com.br/mercadonoar/mais/noticias/2016/04/11/NWS.541290.76.786.MERCADONOAAR.1527-PORTAL-GLOBO-BATE-RECORDE-AUDIENCIA-MARCO.aspx>. Acesso em 02 de junho de 2016.

período de 2015. De acordo com o Digital News Report²⁰, de 2015, o G1 é o portal de notícias que registra uma maior taxa de acesso semanal (38%), seguido do UOL (34%) e do R7 (31%). Desta forma, o portal mostra-se relevante e sua escolha adequada para o desenvolvimento dos objetivos deste trabalho.

Além disso, a violência de gênero contra a mulher é algo descentralizado, que atinge mulheres de todas as idades, sexualidades, raças, etnias e classes sociais – de forma e intensidades distintas - sendo útil sua análise e mapeamento a nível nacional. Importa, nesse sentido, a presença de redações do G1 em todo o Brasil, como já mencionado anteriormente, o que aumenta a possibilidade de registro desse tipo de crime em todas as regiões do país.

Por meio da análise de conteúdo se “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2011, p. 50). Assim, o método empregado vai ao encontro do objetivo deste trabalho, que busca analisar como o webjornalismo apresenta as notícias sobre feminicídio. Essa metodologia consiste em

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

Ou seja, o emprego de técnicas e categorizações dá indícios não só sobre o que nos conta a notícia, mas sobre o que está por trás dela - que visões de mundo ela carrega e como reflete os valores vigentes na sociedade. Por meio da divisão do processo de trabalho em etapas e da categorização do *corpus*, pode-se chegar a considerações mais concisas que facilitam na compreensão dos objetivos almejados. Quando aplicada ao jornalismo, Herscovitz (2008, p. 123-124) afirma que a análise de conteúdo

[...] pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramento e agendamento [...]. A análise de conteúdo da mídia, por fim, nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros institucionais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens.

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo pode ser dividida em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A primeira diz respeito à sistematização das ideias iniciais, com o intuito de estabelecer o que será analisado e de que forma isso se dará. É uma fase que “tem por objetivo a organização, embora ela própria seja

²⁰ Disponível em <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/publication/digital-news-report-2015>. Acesso em 02 de junho de 2016.

composta por atividades não estruturadas, ‘abertas’ por oposição à exploração sistemática dos documentos”. (BARDIN, 2011, p. 125-126).

A escolha do G1 e a delimitação do período em que as notícias seriam coletadas integra a pré-análise deste trabalho. A opção pela seção de *Últimas notícias* foi motivada pela ausência de outra categoria que abarcasse a temática aqui buscada. Em outros portais, é comum que as matérias relacionadas a casos de violência de gênero contra a mulher sejam incluídas em sessões como as de Polícia, Cidades, Segurança, etc. Com a intensa migração para plataformas da internet, os jornais também têm diminuído o número de páginas destinadas a notícias factuais, como as de cunho policial, restringindo esse tipo de matéria às suas plataformas online e reservando o espaço do impresso para reportagens mais aprofundadas.

Além disso, optou-se por fazer um recorte no horário de coleta, já que a categoria contém todas as notícias do portal e é atualizada constantemente, sendo necessário o acesso permanente para que todas as notícias relacionadas ao assunto pudessem ser capturadas. De acordo com o próprio site²¹, as taxas de acesso aumentam ao longo da manhã, tendo seu ápice no horário entre 10h e meio-dia (6,79% e 7,03%, respectivamente) e vão diminuindo com o passar do tempo. Dessa forma, num primeiro momento, foi definido que seriam coletadas todas as notícias que tratassem da violência de gênero contra a mulher no horário entre 9h e 15h.

Assim, o site foi acessado diariamente, nos mesmos horários, entre os meses de novembro e dezembro de 2015. Convém mencionar também que não foi observada uma frequência uniforme de notícias, havendo dias em que cinco notícias eram encontradas e dias em que nada relacionado ao tema era publicado.

Todo o material foi registrado em uma tabela, como demonstrado na Figura 1, onde eram reunidas as principais informações a respeito da notícia: data e título, vítima, agressor, idade da vítima, tipo de violência, jornalista responsável, imagem/ foto, Estado onde ocorreu o crime e link para a notícia.

Ao se estabelecer indicadores, buscou-se identificar e mapear certos padrões e referências que poderiam colaborar para o desenvolvimento dos objetivos aqui pretendidos. Esse processo sistemático, de acordo com Bardin (2011), também integra a pré-análise e é motivado, muitas vezes, em função das hipóteses.

21

Disponível

em

http://s.glbimg.com/pv/an/media/documentos/2015/10/16/Atualiza%C3%A7%C3%A3o_Cota_Master_G1_15JUN15_ANUNCIE.pdf. Acesso em 02 de junho de 2016.

Figura 1 – Exemplo da criação de indicadores para análise das notícias

A	B	C	D	E	F	G	H	I	
DATA	TITULO	QUEM	AGRESSOR	IDADE	TIPO DE VIOLÊNCIA	JORNALISTA	IMAGEM	ESTADO	LINK
1	2	mulher	NH	28	feminicídio	NH	matagal	RJ	http://g1.globo.com/rj/sul-rio-sul-sao-costa-noticia.html
3	1	mulher	assaltante	NH	agressão	mulher	da vítima	SP	http://g1.globo.com/sp/assalto-regiao-noticia.html
4	1	mulher	ecuniarido	33	feminicídio	NH	SI	MS	http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul-noticia.html
5	1	mulher	NH	19	feminicídio	NH	da vítima	SC	http://g1.globo.com/sc/sante-sabina-noticia.html
6	1	adolescente	professor	14	racismo institucional	NH	vídeo	GO	http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/02/21/alma-diz-que-professor-a-humilhava-por-ser-negra-Ele-fazia-micagem-14
7	2	mulher	conheido	28	estupro e assalto	NH	SI	MG	http://g1.globo.com/mg/grande-minas-noticia.html
8	2	mulheres	homem		invasão de privacidade	NH	SI	PA	http://g1.globo.com/pa/para-noticia/2014/02/21
9	2	mulher	ecuniarido	NH	feminicídio	mulher	SI	PI	http://g1.globo.com/pi/para-noticia/2014/02/21
10	2	adolescente	pai	16	violência doméstica - pedofilia	mulher	da mãe	PI	http://g1.globo.com/pi/para-noticia/2014/02/21
11	3	mulher	namorado	30	violência doméstica	NH	SI	BA	http://g1.globo.com/bahia-noticia/2014/02/21
12	3	mulher	namo	29	violência doméstica	mulheres (2)	da vítima	ES	http://g1.globo.com/espartaco-santos-noticia.html
13	3	mulher	dois homens	49	agressão	NH	rua	SP	http://g1.globo.com/sp/paracicaba-espia-noticia.html
14	4	mulher	namorado	NH	violência doméstica	NH	SI	SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetinga-noticia.html
15	7	adolescente	homem	14	pedofilia	NH	SI	PB	http://g1.globo.com/pb/paraliba-noticia/2014
16	7	adolescente	ecuniarido	14	feminicídio	NH	vídeo	PB	http://g1.globo.com/pb/paraliba-noticia/2014
17	8	mulher	namo	38	feminicídio	NH	SI	RN	http://g1.globo.com/rn/rio-grande-noticia.html
18	9	adolescente	apontado	13	pedofilia	NH	SI	SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio
19	9	adolescente	homem	13	pedofilia	NH	SI	SP	http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetinga-noticia.html

Fonte: A autora.

Uma das hipóteses levantadas foi a de que poderia haver uma diferenciação nas notícias escritas por homens e mulheres, já que, por se tratar de um assunto que influencia muito mais na construção da subjetividade feminina, esse tipo de violência de gênero poderia ser tratado de forma diferente pelas jornalistas. Assim, o indicador *jornalista* buscou mapear quem escrevia as matérias, no sentido de tentar entender se existia um *modus operandis* de determinados profissionais ou se havia alguma diferença evidente entre as notícias escritas por homens e mulheres. No entanto, com o decorrer da coleta, observou-se que a maioria das notícias era assinada como “Da Redação”, não sendo possível coletar o número suficiente de informações para realizar a análise.

Num primeiro momento, buscou-se identificar também se o conteúdo informava ou dava sinais sobre a classe social e a raça das vítimas, com o objetivo de compreender se as notícias refletiam os dados oficiais, como a maior incidência da violência contra mulheres negras e periféricas²². Passado o primeiro mês, no entanto, constatou-se que raramente essas informações eram divulgadas. Nos dois meses da coleta, percebeu-se que, no geral, as matérias do G1 não problematizam a questão da VCM (violência contra a mulher, muito menos a racial).

No indicador *imagem* procurou-se registrar se a matéria trazia fotografia ou alguma imagem para complementar o texto escrito. Ao final da coleta, constatou-se que 60% das matérias não utilizava nenhuma imagem. Das que usavam, a maioria apenas reproduzia conteúdos extraídos das redes sociais das vítimas ou reproduziam imagens do local do crime, demonstrando não haver uma preocupação por parte do G1 em explorar recursos visuais na construção do conteúdo noticiado.

²² De acordo com dados divulgados pela ONU, 13 mulheres morrem por dia no Brasil em função da violência. A situação é ainda pior para as mulheres negras: a década 2003-2013 registrou um aumento de 54,2% no total de assassinatos desse grupo, indo de 1.864 vítimas em 2003 para 2.875 em 2013. Em contraposição, houve recuo de 9,8% nos crimes envolvendo mulheres brancas, que caiu de 1.747 para 1.576 entre os anos. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/11/mulheres-negras-sao-mais-assassinadas-com-violencia-no-brasil>. Acesso em 21 de maio de 2016.

Já a opção *Estado* buscou mapear a existência de alguma região onde a violência de gênero contra a mulher fosse mais pautada. No mapeamento a respeito do *agressor*, foram agrupados os dados referentes a todos os que foram entendidos como responsáveis pelas diferentes formas de violência às quais as mulheres foram expostas, não significando, necessariamente, que tenha ocorrido a agressão física.

Depois de esmiuçadas na tabela, as notícias também foram arquivadas por meio do *print* direto da página do G1 e salvas com a data de sua publicação e do Estado identificado mais um dígito quando houvesse mais de uma notícia no dia - exemplo: 1211MG1; 1211MG2; etc.

4.1.1 As violências de gênero contra a mulher e sua incidência no G1

Num segundo momento, as notícias passaram por uma nova análise. Foram mantidas no *corpus* apenas aquelas que narrassem situações em que as mulheres foram vítimas de violência ou que problematizassem o assunto. Foram excluídas da seleção as notícias como a do dia três de novembro de 2015, intitulada "Por ciúmes da mulher, homem diz que mandou matar médico, em Manaus". Como já mencionado, a violência de gênero pode compreender também a violência de homens contra homens, de mulheres contra homens e de mulheres contra mulheres. Essas situações devem sempre ser analisadas junto com outros marcadores, como de raça, classe, religião, etnia, sexualidade, entre outros. Nesse caso, o que ocasionou o crime foi a condição de gênero: fica explícito na notícia que o que motivou o homicídio foi a noção de posse do homem em relação à esposa, consequência de uma sociedade onde essa dinâmica ainda é legítima e naturalizada. No entanto, como a vítima direta foi um homem e a notícia não menciona o que aconteceu com a mulher, excluiu-se esse item do *corpus*.

Restaram, portanto, 135 notícias encontradas ao longo de dois meses de coleta. Destas, 56 tratam de feminicídios e quatro foram escolhidas para serem mais analisadas com um maior aprofundamento, o que será feito mais adiante. O resto das notícias (79) foi reavaliado e agrupado em categorias de acordo com o tipo de violência sofrido pela vítima. A segunda parte da pesquisa constituiu-se, assim, na categorização do material coletado:

A categorização é uma operação de classificações dos elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos. [...] sob um título genérico. [...] tem, como primeiro objetivo, fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. (BARDIN, 2011, p. 147-148).

A fim de avaliar qual tipo de violência foi mais recorrente, foram criadas nove categorias de análise: Agressão; Estupro; Invasão de privacidade; Institucional; Pedofilia; Racismo; Transfobia; Violência Doméstica; e Debate sobre a VCM. Buscou-se, nessa etapa, associar o material coletado de maneira a se extrair dados que colaborassem para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Sobre a categorização, Bardin (2011, p. 150) afirma, ainda, que existem boas e más categorias, sendo que o conjunto de boas deve possuir, entre outras qualidades, a exclusão mútua, “que estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão”. No entanto, em se tratando de uma análise de notícias de violência de gênero contra a mulher, trabalhar com a exclusão é algo mais complexo, já que diferentes formas de violência estão imbricadas e ocorrem simultaneamente. Foram coletadas, por exemplo, sete notícias de pedofilia em que os agressores também eram parte dos núcleos familiares das vítimas, o que torna impossível não incluir também estas postagens na categoria *violência doméstica*. A única categoria que trabalhou com a regra da exclusão é a que compila postagens sobre feminicídios, que será aprofundada mais adiante. A seguir apresentam-se algumas considerações gerais sobre as categorias de violência contra a mulher encontradas nas notícias da mostra, lembrando que posteriormente será realizada uma análise aprofundada que se concentrará apenas nas notícias sobre feminicídio:

1 – *Agressão*: Essa categoria reuniu, nos dois meses, nove notícias. Tirando dois destes casos que também estão na categoria *institucional*, eles têm em comum agressores que não são identificados pela reportagem, sendo quase todas as agressões decorrentes de situações de assaltos. Poder-se-ia argumentar, portanto, que essas notícias não dizem respeito à violência de gênero contra a mulher, já que são situações a que tanto homens quanto mulheres estão expostos. Todavia, por ser a violência contra a mulher algo sutil, que nem sempre pode ser nitidamente identificado, já que mexe com subjetividades e construções sociais já enraizadas, optou-se por não excluir tais notícias da amostra, porque não se pode afirmar que o que motivou os ataques não foi a condição de gênero.

Nesse sentido, cabe ainda mencionar que essas postagens não foram reunidas no grupo *violência doméstica* por se tratarem de casos em que, supostamente, o agressor não era conhecido da vítima. Por esse ângulo, interessa lembrar também que todas as considerações realizadas neste trabalho no que diz respeito aos casos são exclusivamente com base no conteúdo das notícias, não tendo havido nenhuma outra pesquisa a fim de obter mais informações.

2 – *Estupro*: Aqui, foram agrupadas todas as notícias que relatam situações de estupro e/ou abuso sexual, sendo observado que não há um consenso por parte do veículo sobre como nomear essas situações. Juridicamente²³, existem algumas divergências sobre o que define um estupro, mas entende-se aqui que qualquer situação onde não haja consentimento por parte da vítima compreende um. Assim sendo, foram contabilizadas sete notícias na categoria, sendo que duas também se enquadram em *violência institucional*.

3 – *Invasão de privacidade*: essa categoria conta com apenas uma notícia, intitulada "Em Belém, homem é preso após tentar extorquir mulheres pela internet", que relata o caso de um homem que conhecia e se relacionava com mulheres pela internet e depois as ameaçava pedindo dinheiro em troca da não-divulgação de vídeos da vítima. A notícia não explica qual era o teor dos vídeos e nem dá detalhes da forma com que o homem atuava. Entende-se que essa notícia trata de violência de gênero contra a mulher, já que fica evidente a existência de um tipo de vítimas escolhidas pelo homem: todas mulheres, solteiras, que eram seduzidas pelo agressor e depois pagavam o valor exigido por ele para não ter conteúdos íntimos divulgados. Além disso, esse tipo de crime, atinge um número significativo de mulheres em relação a homens²⁴.

4 – *Institucional* e 5 – *Racismo*: A seção *institucional* congregou oito notícias que trazem casos de negligência por parte de empresas e outras instituições, como a polícia. Foram agrupadas aqui todas as notícias encontradas em que, de uma forma ou outra, as mulheres foram vítimas por conta de sua condição, seja por terem seus direitos com relação à maternidade desrespeitados ou até mesmo por serem agredidas por órgãos institucionais, em situações de abuso de poder (é o caso de “Mulheres dizem que foram agredidas por PMs em evento feminista no RS”). Uma das notícias também está inserida na categoria *estupro* e outras duas também em *agressão*.

Esse grupo contém ainda as duas notícias que estão enquadradas em *racismo* - “Menina sofre racismo em escola do AC e não quer mais ir à aula, diz tia” e “Aluna diz que professor a humilhava por ser negra: 'Ele fazia micagens’”. Por serem casos em que, de acordo com as

²³ O Código Penal Brasileiro define o estupro como "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso em 06 de junho de 2016.

²⁴ De acordo com um levantamento realizado pela SaferNet Brasil, organização que atua no enfrentamento a violações de Direitos Humanos no âmbito virtual, e divulgado no ano passado, o número de pessoas que tiveram vídeos e imagens íntimas divulgadas entre 2013 e 2015, quadruplicou. Em 2015, 224 internautas procuraram a organização em busca de ajuda, enquanto em 2012 48 casos foram registrados. O vazamento desse tipo de conteúdo atinge principalmente mulheres, que representaram 81% dos casos denunciados. Além disso, a cada quatro vítimas, uma é menor de idade. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/07/06/numero-de-vitimas-de-imagens-intimas-vazadas-na-web-quadruplica-em-2-anos.htm> e <http://www.safernet.org.br/site/institucional>. Acesso em 06 de junho de 2016.

notícias, as vítimas foram violentadas dentro de suas escolas, sendo que em um dos casos a própria professora da vítima foi a opressora, conclui-se que ambos deveriam ser incluídos também na categoria *violência institucional*, já que a ação violenta partiu da própria instituição e/ou foi legitimada por ela.

De novo, não é evidente que as duas situações de violência estejam relacionadas a uma condição de gênero. Entretanto, como apontado no capítulo três, esse trabalho parte de uma perspectiva interseccional, que entende que marcadores como gênero e raça devem ser analisados em conjunto, sendo os dois fatores agravantes em um caso de violência, tanto a psicológica quanto a física. Com relação a essa última, as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica, somando 1,5 milhão de vítimas por ano²⁵.

Segundo Rodrigues (2013), opressões como o racismo e o machismo se sobrepõem e se influenciam mutuamente, não devendo ser analisadas de forma somatória ou hierarquizada, já que estão imbricadas umas às outras. Dessa forma, a interseccionalidade se constitui como uma ferramenta teórico-metodológica

[...] fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais. (RODRIGUES, 2013, p. 7).

Assim, esse trabalho entende que o racismo e machismo se relacionam e intensificam as opressões vividas por mulheres negras, por isso a inclusão das notícias que mencionam o racismo também como uma forma de violência contra a mulher.

Ainda no que diz respeito à categoria *institucional*, interessa destacar que esta, diferente das outras, reúne casos que tratam apenas de violência simbólica, também chamada de psicológica, como em “Empresa é condenada por demitir mulher que faltou para amamentar”, onde fica evidente que a vítima foi exposta a situações de assédio moral por não poder se ausentar do trabalho para amamentar sua filha. Nesse sentido, não foi criada uma categoria chamada *violência psicológica* porque se entende que todas as outras formas de violência podem vir acompanhadas desta. Ademais, “A Lei Maria da Penha tem muito mais a dizer. Ao definir rigorosa e detalhadamente as violências psicológicas, quis dizer que a palavra das mulheres tem valor” (GROSSI, 2012, p. 102).

²⁵ Disponível em <http://www.geledes.org.br/15-milhao-de-mulheres-negras-sao-vitimas-de-violencia-domestica-no-brasil/>. Acesso em 17 de maio de 2016.

Ou seja, por ser algo muito subjetivo, não há como afirmar que alguma situação violenta teve como respaldo também a violência psicológica (embora se considere que em sua maioria, sim), optando-se por não entrar no mérito de sua incidência ou não.

6 - *Pedofilia*: Esse grupo contabilizou, no total, 17 notícias. Sobre essa categoria, cabe explicar que só foram coletadas notícias em que as vítimas fossem meninas. No entanto, durante o período de coleta, poucas foram as vezes em que foram vistas notícias em que as vítimas fossem meninos, o que indica que o fator gênero impulsiona essa disparidade²⁶, principalmente porque boa parte dos casos ocorrem no ambiente doméstico. Das notícias aqui coletadas, por exemplo, sete informam que os agressores eram parte da família (o pai em quatro delas, os primos em duas e o tio em uma), sendo incluídas também em *violência doméstica*.

Ainda sobre essa categoria, é importante destacar a notícia "Idoso é detido suspeito de abusar de adolescente com problemas mentais"²⁷. Nesse caso, a vítima não era só uma adolescente, mas também alguém que convive com uma deficiência mental, o que agrava a sua vulnerabilidade e retoma a necessidade de se analisar esses casos a partir de uma perspectiva interseccional. Sobre a violência contra mulheres com deficiência, a antropóloga Adriana Dias destaca que

[...] é um problema global. As mulheres com deficiência vivem em condições de maior isolamento social, o que amplia extremamente a possibilidade de violência e abuso. Elas têm menos chances de sucesso educacional, financeiro, profissional e social e isso também dificulta sair da condição de violência e abuso, pois inviabiliza autonomia e contato com redes que poderiam prestar ajuda. Na maioria das vezes o abuso vem de familiares, cuidadores, colegas, e isso torna denúncias um processo muito difícil.²⁸

Um dos fatores que dificultam a análise ampliada da violência contra mulheres com deficiência é a própria carência de dados, já que os próprios órgãos públicos ainda não criaram

²⁶ Segundo um levantamento divulgado pelo Governo Federal, em 2014, o disque 100 recebeu mais de 180 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Desse total, 26 mil tratavam de abuso sexual, o que representa uma média de 70 denúncias por dia. Em 80% dos casos, as vítimas eram meninas e 60% tinham a idade entre sete e 13 anos. Nos casos registrados no período entre janeiro de 2012 e março de 2014, 60% dos abusos sexuais não foram cometidos por parentes da vítima. Em 15% das ocorrências, o suspeito era o pai; em 10%, o padrasto; em 15%, outro grau de parentesco, como avô, tio ou primo. Disponível em <http://noticias.r7.com/cidades/governo-federal-recebe-cerca-de-70-denuncias-de-abuso-contra-criancas-por-dia-18052015>. Acesso em 17 de maio de 2015.

²⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2015/12/idoso-e-detido-suspeito-de-abusar-de-adolescente-com-problemas-mentais.html>. Acesso em 06 de junho de 2016.

²⁸ Disponível em <http://thinkolga.com/2016/02/19/as-mulheres-com-deficiencia-o-silencio-e-a-violencia/>. Acesso em 18 de maio de 2016.

mecanismos para mapear essa relação, além de eles mesmos não estarem preparados para prestar o devido atendimento a essas mulheres²⁹.

7 – *Transfobia*: reúne apenas duas notícias. Para entender o termo transfobia, é necessário retomar alguns conceitos trazidas anteriormente, como o de identidade de gênero, que diz respeito a forma com que cada um irá construir suas subjetividades e sua identidade ao longo da vida. Transfobia dá conta do preconceito e da discriminação sofridos por pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi imposto socialmente e que se constituem como indivíduos desviantes da norma cisgênero. Aqui, foram incluídas as notícias de transfobia somente contra mulheres trans, por se tratar de um trabalho que discute a violência de gênero contra a mulher. Cabe lembrar que, em muitos casos, o próprio jornalismo também comete esse tipo de violência, ao escrever notícias em que é comum o uso de pronomes masculinos para se referir a mulheres transexuais ou travestis - o que não foi o caso das duas notícias aqui coletadas, que respeitaram as identidades de gênero das vítimas.

8 – *Violência doméstica*: No total, 32 postagens foram coletadas ao longo dos dois meses, sendo que sete delas também tratam de pedofilia, como já mencionado; seis não informavam a idade das vítimas; e duas relatavam violência contra mulheres com mais de 40 anos. O restante das notícias (18) tinha como vítimas mulheres entre 20 e 40 anos.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo DataSenado³⁰, as mulheres estão mais suscetíveis a sofrer violência doméstica pela primeira vez quando têm entre 20 e 29 anos. Foi nessa idade que 34% das vítimas ouvidas sofreram a primeira agressão. Se contadas as idades mais jovens, 66% das vítimas reconhecem ter sido violentadas inicialmente até os 29 anos. Somente 15% dos casos ocorreram pela primeira vez após os 40 e 18% deles na faixa etária entre os 30 e 39 anos. Em 2009, as diferenças por idade em que a mulher declarava ter sofrido a primeira agressão eram muito mais evidentes – 24% tinham até 19 anos e 46% tinham de 20 a 29 anos. Mais recentemente, sobretudo após 2013, os percentuais das duas faixas etárias se aproximaram bastante. Segundo o estudo, isso leva a crer que as primeiras agressões parecem estar ocorrendo cada vez mais cedo.

Assim, pode-se concluir que o fato de mais da metade das notícias da categoria trazerem como vítimas mulheres entre os 20 e 40 anos tem como base a forte incidência da violência doméstica nessa fase da vida da mulher.

²⁹ Sobre o assunto, ver <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/08/falta-de-dados-prejudica-adocao-de-politicas-em-favor-de-mulheres-com-deficiencia>. Acesso em 18 de maio de 2016.

³⁰ Disponível em http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf. Acesso em 18 de maio de 2016

No que diz respeito aos agressores que apareciam nas notícias, 15 eram os atuais companheiros das vítimas e sete eram antigos companheiros. Do restante, quatro eram pais, três eram primos, um era filho, um era tio e um era amigo próximo da vítima.

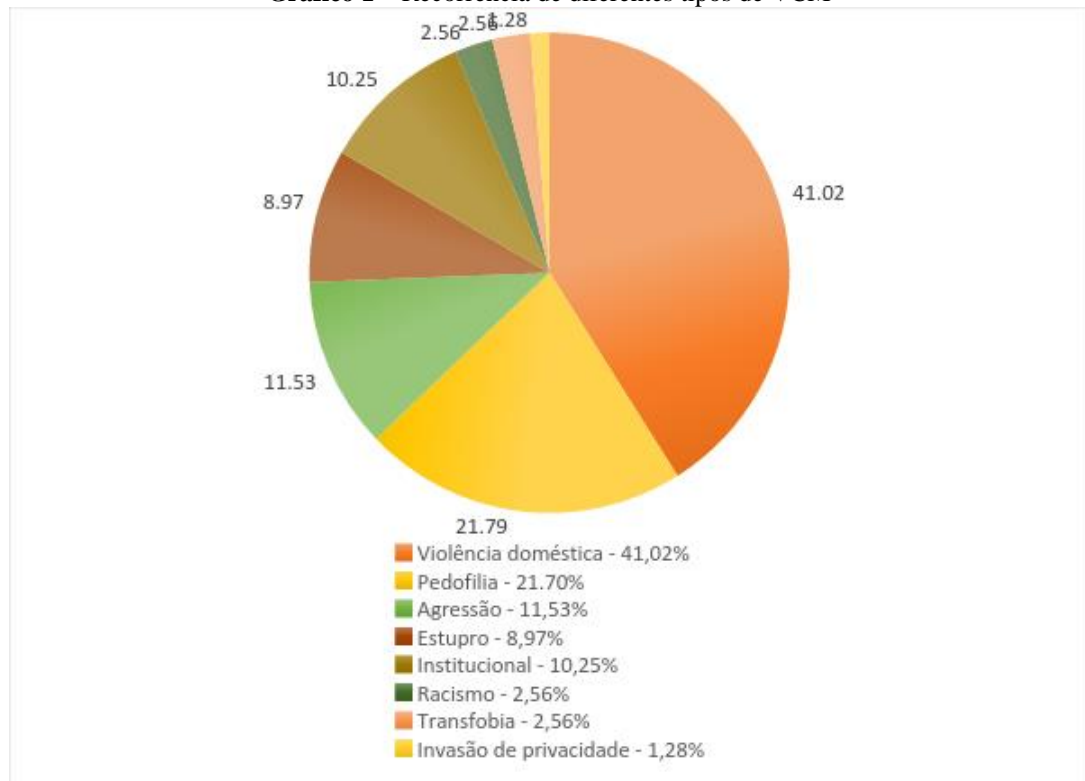
Esses dados também refletem a realidade social, onde praticamente metade das brasileiras vítimas de violência doméstica (52%) ouvidas pelo DataSenado no ano passado teve como agressor o próprio companheiro ou o antigo (21%). Ou seja, 73% dos agressores eram pessoas com quem essas mulheres escolherem partilhar suas vidas.

Importa ressaltar também que, das notícias coletadas ao longo da pesquisa, nem todas trazem como fato principal a situação de violência doméstica, como é o caso de "Após ser agredida, mulher 'dedura' posse ilegal de arma do marido"³¹. O título da notícia destaca que o homem foi preso por posse ilegal de arma de fogo e que isso teria relação com o caso de violência doméstica. A notícia é toda construída dando enfoque na posse ilegal de armas, deixando em segundo plano a agressão sofrida pela mulher. O título também tem um tom irônico, ao enfatizar que a mulher "dedurou" o marido pela posse de arma, dando margem para a compreensão de que ela teria dado essa informação à polícia como forma de vingança pela agressão, o que, ao mesmo tempo em que legitima a violência contra a mulher, também colabora para a manutenção do estereótipo de que mulheres são vingativas, fofoqueiras, etc., e que coloca no mesmo patamar o ato do marido e da mulher: a ação dele teria motivado a reação da esposa, como se fossem dois vetores equiparáveis e anuláveis.

Além disso, o lugar social destinado a homens e mulheres também está por trás da forma com que a notícia foi construída. "Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem" (SAFFIOTI, 2011, p. 27). Ou seja, enquanto o homem agiu de forma naturalizada e esperada, a mulher subverteu seu lugar social e reagiu à violência sofrida. Dessa reação, surge o fato inusitado que, para o jornalismo, é a notícia: ainda é mais incomum que uma mulher entregue seu marido à polícia do que uma situação em que ela seja vítima de violência.

Feitas as considerações sobre as nove categorias de análise, pode-se concluir que os casos de violência doméstica foram os mais recorrentes (39,02% dos casos), como ilustrado no Gráfico 1.

³¹ Disponível em <http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/11/apos-ser-agredida-mulher-dedura-posse-ilegal-de-arma-do-marido.html>. Acesso em 26 de maio de 2016.

Gráfico 1 – Recorrência de diferentes tipos de VCM

Fonte: A autora.

Tal conclusão vai ao encontro dos dados divulgados sobre o Balanço dos atendimentos realizados de janeiro a outubro de 2015 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que informou que 85,85% dos relatos registrados correspondiam a situações de violência doméstica. Em 67,36% dos casos, as violências foram cometidas por homens com quem as vítimas tinham ou já tiveram algum vínculo afetivo: companheiros, cônjuges, namorados ou amantes, ex-companheiros, ex-cônjuges, ex-namorados ou ex-amantes das vítimas. Já em cerca de 27% dos casos, o agressor era um familiar, amigo, vizinho ou conhecido. Dos atendimentos registrados em 2014, 77,83% das vítimas tinham filhos, sendo que 80,42% presenciaram ou sofreram a violência juntamente com as mães.

09 – *Debate sobre a VCM*: A última categoria formada a partir do material coletado é a de notícias que giram em torno da problemática da violência contra a mulher. Foram arquivadas sete postagens desse tipo ao longo da pesquisa. Trata-se de notícias que trazem estatísticas sobre o assunto a nível nacional e/ou regional. Também são consideradas factuais porque enfatizam a recente divulgação dos estudos. Porém, elas não se restringem à divulgação do fato de que uma mulher foi violentada, como foi observado em todas as outras notícias aqui listadas.

4.2 Webjornalismo e feminicídio: interpretação dos dados

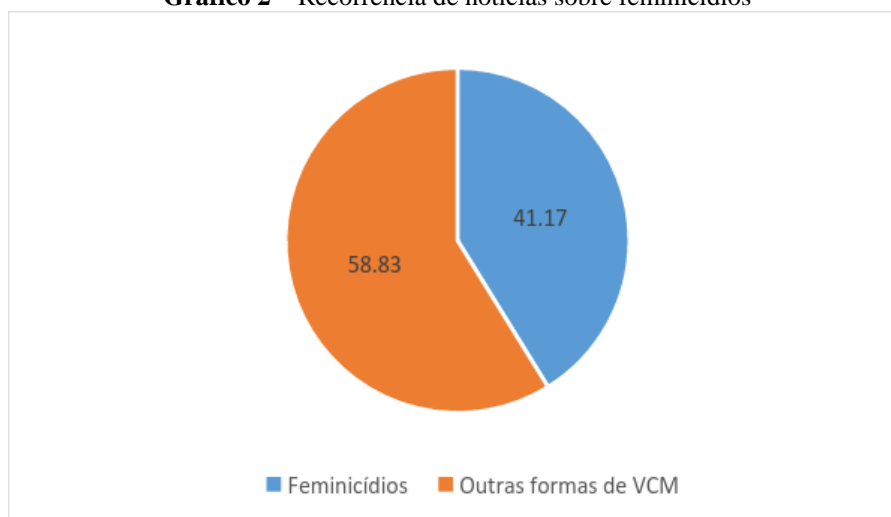
A segunda parte deste capítulo se concentra em analisar as notícias coletadas que tratam de feminicídios. A escolha da amostra se deu por dois motivos. Primeiro porque a Lei que tipifica o feminicídio é recente, data de 09 de março de 2015, o que leva a acreditar que o uso do termo ainda não seja comum, mesmo que muitas feministas e pesquisadoras já fizessem uso dele há mais tempo. Além disso, ao final da coleta, foi observado que a maioria das notícias encontradas nos dois meses tratava de feminicídios, o que também indica o interesse em analisá-las com maior cuidado – das 135 notícias reunidas, 56 eram desse tipo (Gráfico 3).

De acordo com as Diretrizes Nacionais sobre Feminicídios, o conceito que relaciona a morte de mulheres em função de seu gênero foi criado pela socióloga e feminista anglo-saxã Diana Russel, com intuito de dar visibilidade às diferentes formas e motivos que culminam na morte de mulheres:

Para as ciências sociais e os estudos feministas, o conceito de femicídio tornou-se uma importante categoria de análise, uma vez que permitiu identificar e descrever os fatores discriminatórios presentes nessas mortes, circunscrever suas características e descrevê-las como fenômeno social, além de permitir dimensionar sua presença na sociedade a partir de estudos de natureza quantitativa [...] o conceito foi inicialmente formulado de maneira ampla para conter as diferentes modalidades de violência que contribuem para limitar o desenvolvimento livre e saudável de meninas e mulheres e que, em casos extremos, acarretam sua morte. (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Diretrizes Nacionais sobre Feminicídios, 2016, p. 20).

Nesse sentido, interessa compreender como o jornalismo se apropria do termo, já que ele tem poder para disseminar informações e dar visibilidade a certas pautas. Além disso, quando pensada como um dispositivo pedagógico, “que não apenas veicula mas constrói discursos e produz significados” (FISCHER, 1997, p. 3), compreende-se que a mídia pode ensinar e colaborar para que mais pessoas tenham conhecimento sobre o que significa a expressão e por que tantas mulheres ainda são vítimas desse tipo de crime.

Diante disso, objetivou-se, primeiramente, avaliar quantas e como as notícias coletadas do G1 utilizavam a expressão feminicídio, com a hipótese de que, tendo em vista o recente impulso na utilização do conceito, os resultados encontrados seriam inexpressivos. Assim, todas as matérias que noticiavam a morte de uma mulher que pudesse ter sido motivada por seu gênero foram agrupadas na categoria *femicídio*, mesmo as que não fizessem uso do termo.

Gráfico 2 – Recorrência de notícias sobre feminicídios

Fonte: A autora.

Convém chamar a atenção para o fato de que nem todas as notícias correspondem a um diferente caso de feminicídio, sendo que três delas são apenas desdobramentos de algo previamente noticiado. Todavia, foram excluídas dessa categoria as notícias que tratavam de tentativas de feminicídio. Estas, em sua maioria, integram a categoria *violência doméstica*, o que também indica a domesticidade desse tipo de crime.

Sobre a faixa etária das vítimas, novamente há um maior número de notícias onde elas têm idade entre 18 e 40 anos (26 ocorrências). Em seguida, aparecem as que as vítimas são menores de idade (12) e, por último, mulheres com mais de 40 anos (6). Das 56 postagens, 12 não mencionam a idade das mulheres.

No que diz respeito à relação das vítimas com os agressores, 19 notícias pontuavam que o responsável pelo feminicídio era um ex-companheiro da vítima - ex-namorado (12) ou ex-marido (7); 16 mencionavam que o agressor era o atual companheiro - marido (11) ou namorado (5). Outros familiares também apareceram como possíveis suspeitos em quatro das 56 notícias. As 17 restantes tratavam de homens que não tinham nenhum laço doméstico com a vítima ou não foram identificados pela vítima.

Do total de notícias, constatou-se, então, que em 69,64% delas, o agressor era alguém com quem a vítima se relacionava afetivamente ou que integrava seu círculo familiar (Gráfico 3). Esse dado vai ao encontro do divulgado pelo Mapa da Violência de 2015³², que apontou que, de acordo com números divulgados pelo SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), dos 4.762 feminicídios de mulheres registrados em 2013, 50,3% foram cometidos por um familiar da vítima, o que representa sete feminicídios diários. Se o recorte

³² Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 26 de maio de 2016.

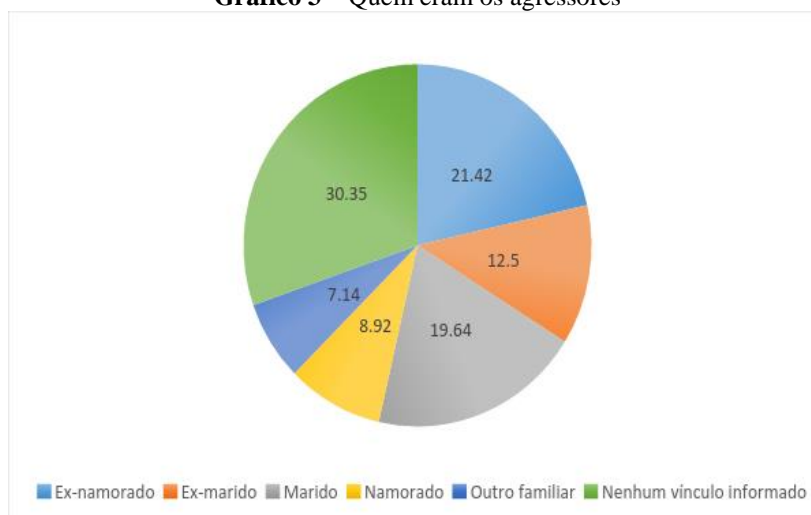
abranger apenas parceiros ou ex-parceiros, o Mapa chegou a um total de 1.583 mortes, um total de 33,2%.

Outro ponto levantado a partir dos indicadores estabelecidos na pré-análise é o de que o maior número de matérias coletadas noticiava casos de feminicídios da região Sudeste (22), seguida do Nordeste (20), Centro-Oeste (10), Sul (05) e Norte (03). Houve ainda apenas uma notícia relatando um crime internacional - o assassinato de uma travesti no Japão - o que se mostra dissonante em relação ao restante da amostra, já que não foi observada a prática de noticiar crimes desse tipo ocorridos em outros países. Além disso, a vítima não tinha nacionalidade brasileira, sendo esse um critério de noticiabilidade observado em outros casos.

Os números, se comparados com os dados divulgados pelo Mapa da Violência 2015³³, não acompanham a tendência nacional. De acordo com o Mapa, em 2013, Roraima tinha a maior taxa de feminicídios a cada 100 mil habitantes (15,3). Estados do Nordeste, como Alagoas (8,6), Paraíba (6,4) e Ceará (6,2) também figuravam entre os maiores índices. Já São Paulo tinha a menor (2,95), bem como o Rio de Janeiro (4,5) e Minas Gerais (4,2). O Espírito Santo foi o único estado da região Sudeste que teve uma das taxas mais altas, com 9,3. Apesar disso, é o único estado da região que não aparece entre as notícias de feminicídio do G1, sendo que São Paulo é o que mais aparece, com nove notícias, seguido de Minas Gerais (07) e do Rio de Janeiro (06).

O alto número de notícias do Sudeste reflete, dessa forma, muito mais uma centralidade jornalística do que uma conformidade com os feminicídios ocorridos nas cinco regiões do Brasil. Como se sabe, essa centralidade não é algo exclusivo do jornalismo, mas algo construído cultural e economicamente, já que o país como um todo gira em torno do que acontece nos dois estados. Dessa forma, pode-se entender como o jornalismo se apoia nos valores sociais para construir e dizer o que é e o que não é notícia.

³³ Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 26 de maio de 2016.

Gráfico 3 – Quem eram os agressores

Fonte: A autora.

4.2.1 A construção das notícias sobre feminicídios

Após a organização do material, contabilizou-se que apenas quatro das notícias sobre casos de feminicídios empregavam o termo. Destas, duas mencionam que o crime se trata de um feminicídio, sem explicar seu significado; uma explica que feminicídio corresponde a “um crime hediondo cometido contra a mulher”; e outra nomeia o crime como homicídio, mas, no final da matéria, traz um subtítulo “Feminicídios” e trata brevemente da violência contra a mulher no Brasil. Em nenhuma delas houve a preocupação de mencionar que se trata de um crime cometido e justificado por uma condição de gênero. Todas as outras postagens restantes sequer citam o termo e nomeiam as mortes como homicídios ou assassinatos.

No que diz respeito às fontes ouvidas, praticamente todas as notícias têm, como fonte principal, a Polícia Civil ou Militar. Apenas oito das 56 postagens não recorrem à Polícia como fonte, sendo que cinco buscaram outras instituições oficiais, como Tribunais de Justiça (2), Ministério Público (1), Secretaria de Justiça (1) e Advogados (1). As três restantes têm como fonte um jornal internacional, já que se trata de um feminicídio ocorrido no Japão; a mãe de uma vítima, porque a notícia resgata os desdobramentos de um feminicídio ocorrido há mais tempo; e a tia de um dos agressores.

Mães, pais, irmãos e outros familiares são a segunda fonte mais procurada, sendo encontrados depoimentos em 16 das 56 notícias. Amigos e conhecidos das vítimas vêm em seguida - cinco postagens. No geral, essas pessoas são ouvidas ou porque presenciaram alguma cena relacionada ao crime ou para descreverem como era a relação do agressor com a vítima, nos casos em que o feminicídio tem origem na violência doméstica.

É importante destacar também que sete das notícias deixam evidente a relação com a polícia ainda no título, com o emprego da expressão “diz polícia” (por exemplo: “Mulher foi ameaçada antes de ser morta a mando de amante, diz polícia”³⁴). O acesso a esse tipo de fonte está relacionado a dois fatores: à busca por fontes ditas oficiais, que possam legitimar e dar credibilidade para o que está sendo noticiado (TRAQUINA, 2003), e também à necessidade imposta pelas redações de webjornalismo de se produzir cada vez mais em menos tempo (BASTOS, 2012). As duas ideias não estão desconectadas, visto que acaba se criando um círculo vicioso que faz com que, na busca pela rapidez da produção e da credibilidade, os jornalistas recorram sempre às mesmas fontes, estabelecendo vínculos com elas ou com suas assessorias de imprensa, o que torna o processo de apuração cômodo e prático.

Hall (1997), como já mencionado, nomeia essas fontes como definidores primários e afirma que esse processo da busca pela informação nos mesmos lugares permite que esses definidores acabem por oferecer sempre uma primeira interpretação dos fatos, que será a principal e que norteará todo o trabalho subsequente (TRAQUINA, 2003). Além disso

O ritmo veloz de produção gera ainda outras consequências importantes: obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia, o que não apenas aumenta a probabilidade de erro como, principalmente e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez a mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderiam proporcionar essa diversidade. (MORETZSOHN, 2002, p. 70).

As consequências elencadas por Moretzsohn podem ser observadas neste trabalho, já que, como constatado, não há uma diversidade nas fontes ouvidas, e a estrutura dos textos, por mais que existam redações do G1 em todo o país, é quase sempre a mesma: lide informando como foi a morte; descrição de quem eram a vítima e o agressor e se tinham algum tipo de relacionamento; explicações do que diz a polícia sobre o caso; em algumas situações, depoimentos de conhecidos ou de testemunhas. Dessa forma, não há nenhum esforço em propor a reflexão sobre a violência de gênero contra a mulher, em explicar o que é um feminicídio, em ouvir fontes diversas que pudessem aprofundar o assunto. A busca imediata pela divulgação do fato faz com que os jornalistas recorram sempre às mesmas fontes já encaradas pelo público como legítimas. Para Traquina (2003) e Fernandes (2013) tal vínculo faz com que certas instituições tenham acesso privilegiado à mídia. No caso da polícia,

³⁴ Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/mulher-foi-ameacada-antes-de-ser-morta-mando-de-amante-diz-policia.html>. Acesso em 26 de maio de 2016.

[...] a consequência mais grave dessa dependência jornalística das informações policiais consiste na redução da própria capacidade da imprensa em relação às ações das forças de segurança, o que leva ao entendimento de que, os jornalistas, ao privilegiarem fontes policiais, podem tornar-se, em certa medida, como reféns dessas vozes. (FERNANDES, 2013, p. 128).

A autora destaca uma importante e perigosa relação estabelecida entre a polícia e a mídia. Pode-se pensar, dessa forma, em como o jornalismo colabora também para a preservação de um ideal justiceiro com relação à polícia. Ora, se diariamente ela aparece nos noticiários como um órgão que protege a população dos perigos e da violência e figura como a primeira fonte ouvida pelos jornalistas, como poderia a mídia denunciar as situações de excessos e violências cometidos pelos próprios policiais? Além disso, como boa parte da população, que não costuma ser vítima desses abusos e que associa a polícia apenas à justiça, poderia acreditar na veracidade desse tipo de informação? Não é interesse deste trabalho esmiuçar essa discussão, mas, dado o grande número de vezes em que a polícia é a única fonte ouvida pelo G1, essa reflexão deve ser, no mínimo, mencionada.

Com relação aos títulos das notícias, pode ser observado o interesse de explicitar o motivo que tenha levado ao crime. São apontadas justificativas como “por ciúmes”, “crime pode ter sido por dinheiro”, “vítima havia marcado encontro com desconhecido”. Contudo, sabe-se que 13 mulheres morrem diariamente no Brasil não por ciúmes, nem por marcarem encontros com desconhecidos, muito menos por estarem endividadas. 4.757 mulheres foram assassinadas em 2014 no país³⁵ e outras tantas seguem sendo mortas a todo momento porque estão inseridas em um contexto machista e desigual no que diz respeito ao gênero. Fora isso, fazer uso dessas justificativas - seja no título ou no interior da notícia - conduz à ideia de que as vítimas são parcialmente culpadas pelo que aconteceu, como se o fato de a mulher estar endividada ou marcar um encontro com um desconhecido pudessem justificar seu assassinato.

4.2.2 Análise das notícias

Após discorrer sobre o conjunto de notícias que referem-se a feminicídios, quatro publicações foram selecionadas para a análise aprofundada de seu conteúdo. Foram escolhidas duas postagens do mês de novembro e duas de dezembro. A seleção guiou-se pela busca de textos que pudessem responder de forma mais abrangente aos objetivos da pesquisa. As

³⁵ Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/treze-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-brasil-aponta-atlas-da-violencia-2016/>. Acesso em 26 de maio de 2016.

notícias selecionadas para a análise serão apresentadas a seguir e estão organizadas por data de publicação, partindo da mais antiga.

A) Postagem 1 – 06/11/2015: Mulher morta pelo namorado no RS era obrigada a se vestir como homem³⁶

O título da primeira notícia choca não só pelo assassinato de mais uma mulher, mas porque ilustra também o contexto violento em que ela vivia. Além disso, fica evidente que o feminicídio tem relação com a violência doméstica, já que a vítima foi morta pelo namorado e que ele a obrigava a vestir-se como homem. O subtítulo aponta a data e o local do assassinato e diz que o namorado já confessou o crime. Em seguida, informa que a polícia explicou que o crime "foi motivado por ciúme". Essa justificativa também é apresentada na primeira frase da notícia, que traz ainda o nome completo e a idade do agressor.

Dias e Machado (2011) apontam que as formas como os indivíduos se relacionam amorosamente e constroem significados sobre o amor e as relações também são influenciadas por construções sociais:

Os estudos culturais e narrativos vêm mostrar como os discursos sobre o amor que estão disponíveis num dado momento e num determinado contexto cultural constroem as opções a que os indivíduos têm acesso para fazer sentido da violência e das relações. A cultura fornece repertórios de compreensão, motivos e significados sobre o amor, aos quais os indivíduos recorrem para atribuir sentido à sua experiência "pessoal" do amor e da violência. (DIAS e MACHADO, 2011, p. 503).

É dentro de um ideal de amor romântico que o ciúme consolidou-se como uma forma de demonstrar que se sente algo por outra pessoa, basicamente como uma prova de amor. Sua ausência, inclusive, tende a ser interpretada como o fim de relacionamentos desse tipo. "Assim, o ciúme e a ameaça de ruptura dos vínculos afetivos podem levar a comportamentos de assédio e controle ou até de homicídio" (DIAS e MACHADO, 2011, p. 497). Na notícia, o ciúme é usado como possível justificativa não no sentido de apontar que esse é um sentimento prejudicial às relações e culturalmente construído, como apontado pelas autoras, mas no sentido de justificar que o feminicídio foi cometido por um sentimento comum em relacionamentos afetivos. É entendido que o agressor gostava tanto de sua antiga companheira a ponto de forçá-la a vestir-se como homem para que outras pessoas não se sentissem atraídas por ela.

³⁶ Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/11/mulher-morta-pelo-namorado-no-rs-era-obrigada-se-vestir-como-homem.html>. Acesso em 26 de maio de 2016.

Usualmente a violência surge como contingência/consequência associada a determinadas características, processos ou dinâmicas subjacentes ao fenômeno do amor. [...] concluindo que é a cultura que determina o que é ou não perturbador numa relação e o que desencadeia reações negativas mais intensas, veiculando e modelando a adoção de práticas relacionais abusivas ou violentas. (DIAS e MACHADO, 2011, p. 502).

Figura 2 – Postagem 1

MENU
RIO GRANDE DO SUL

05/11/2015 12h46 - Atualizado em 05/11/2015 14h38

Mulher morta pelo namorado no RS era obrigada a se vestir como homem

Francine foi morta no dia 25 de outubro no bairro Salomé, em Alvorada. Namorado confessou o crime, que foi motivado por ciúme, diz polícia.

DO G1 RS



No dia da morte de Francine, familiares pediram justiça nas redes sociais (Foto: Reprodução/Arquivo Pessoal)

O ciúme de Alexandre Faustino, 38 anos, pode ter sido o que motivou a morte de Francine Cavalho Padilha, 22 anos, em Alvorada, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Após negar o crime desde o dia 25 de outubro, quando ela foi encontrada morta, o namorado foi confrontado pelos investigadores e confessou a morte à polícia na quinta-feira (6).

De acordo com o delegado responsável pela investigação, Casiano Cabral, os dois tinham um relacionamento há sete meses. Ambos viviam na casa de Alexandre, onde funcionava um ponto de venda de drogas no bairro Salomé. Mas o ciúme dele era tamanho que ninguém podia se aproximar de Francine, diz o delegado.

saiba mais

'Todo mundo gostava dela', diz mãe de jovem morta com facada no RS

Mulher é morta com facada dentro de farmácia em Nova Hartz, RS

Grávida é morta a tiros no RS, mas bebê de oito meses sobrevive

'Ele batia nela', diz mãe de mulher concretada na casa do ex no RS

"Ele era um rapaz violento, sempre andava armado e ameaçava todo mundo. Além disso, ele era muito ciumento, obrigava até ela a usar roupas de homem e não gostava quando alguém se aproximava dela", disse o delegado.

O crime ocorreu na madrugada do dia 25 de outubro. Testemunhas ouviram um tiro dentro de casa, e Francine foi encontrada morta no chão. Alexandre não foi encontrado, mas horas depois foi baleado com dois tiros na rua e levado para o Hospital Cristo Redentor, em Porto Alegre. Desde então está sob custódia por conta da prisão temporária concedida pela Justiça a pedido da polícia.

Sobre o atentado contra a vida de Alexandre, a polícia investiga duas hipóteses: um acerto de contas relacionado ao tráfico de drogas – a mais provável - ou alguma retaliação por parte dos amigos ou familiares de Francine.

"No hospital ele disse que não viu nem ouviu nada", disse o delegado. "Ela era uma jovem bem querida por todos, vinha de uma família religiosa, que não tinha envolvimento com a criminalidade", completou.

Segundo a Polícia Civil, horas antes da morte de Francine, Alexandre ameaçou o irmão da vítima quando os dois caminhavam para a igreja por ciúme. "Ele viu alguém acompanhando ela e por pouco não matou o irmão", disse Cabral. A polícia aguarda a liberação de Alexandre do hospital para depois encaminhá-lo para o Presídio Central de Porto Alegre.

Fonte: G1.

Nesse sentido, os discursos e representações sobre as relações amorosas podem motivar a perpetuação de violências. A notícia aqui analisada também reproduz um ideal de amor romântico, que entende que toda a sua dinâmica e que sentimentos como o ciúme são algo natural e não construído. Essa reprodução vai ao encontro da teoria construcionista, que entende que, ao redigir uma notícia, o jornalista será fortemente influenciado pela realidade da

qual parte. Neste caso, parece que quem escreveu a notícia tem o amor romântico como naturalizado e não passível de problematização.

O ciúme segue sendo usado como justificativa ao longo da matéria, inclusive pela polícia, com a fala do delegado responsável pelo caso, que afirma que "ele era muito ciumento, obrigava até ela a usar roupas de homem e não gostava quando alguém se aproximava dela". A polícia é usada como fonte para contextualizar o caso e para informar sobre o andamento das investigações.

Outra informação que é reiterada ao longo do texto é a de que o agressor também era traficante de drogas. Essa informação é relevante no sentido em que contextualiza e informa quem é o agressor e de que lugar ele parte. No entanto, no decorrer da notícia, não são apresentadas muitas informações com relação ao tráfico – se ele foi apreendido com drogas, como a polícia sabia que a casa era um local de venda, se ele era já era procurado, etc.

Ao mesmo tempo em que a notícia expõe o caráter possessivo e um contexto de tráfico de onde o agressor é oriundo, há também o reforço de um papel de gênero com relação à vítima. O depoimento do delegado diz que “Ela era uma jovem bem querida por todos, vinha de uma família religiosa, que não tinha envolvimento com a criminalidade”. Ou seja, os valores esperados com relação às mulheres por boa parte da sociedade também estão presentes na construção do perfil da vítima. Se ela estivesse envolvida com a criminalidade, não fosse religiosa, nem querida por todos, sua morte seria justificável?

A imagem usada para ilustrar a matéria é um *print* do *Facebook* de uma das fotos da vítima, postada por uma prima, com uma legenda que informa que, no dia do feminicídio, os familiares pediram justiça nas redes sociais. No entanto, o conteúdo que é divulgado não pede por justiça, mas reafirma que a vítima era uma pessoa muito especial e muito querida e que ela agora descansaria em paz ao lado de Deus. Novamente, tem-se um recorte que reforça a imagem de que a vítima era uma pessoa de bem, querida por todos e, principalmente, religiosa. A foto parece ter sido escolhida ainda com o intuito de legitimar a informação de que ela era obrigada pelo namorado a vestir-se como homem, já que ela está vestindo um boné e com uma expressão durona – representações culturalmente associadas ao masculino. No entanto, a imagem acaba por contradizer as características que são o tempo todo atribuídas à vítima e exhibe-a muito mais como uma mulher forte do que como uma pessoa ingênua e dócil.

O envolvimento com a religiosidade como algo positivo também é reflexo da realidade do nosso país, onde boa parte da população³⁷ tem uma religião, onde muitos órgãos do Estado ainda não são laicos e onde se tem um vasto número de representantes no governo vinculados à Igreja³⁸. Na mesma direção aponta Silva:

Os discursos midiáticos, deste modo, estão engendrados nas formas como as normas e valores de nossa cultura são significados e compreendidos pelos sujeitos e grupos sociais. Envolve diretamente os conhecimentos de quem os produz, assim como se apoiam nos saberes dos campos socialmente legitimados. (SILVA, 2014, p. 49).

O fato de a vítima ser religiosa e de isso ser destacado tanto pelo delegado quanto pelo jornalista que escreveu a matéria, reforça como ambos consideram esse um valor positivo e como a notícia está atravessada por essas concepções.

Nesse sentido, Swain (2001, p. 14) afirma que, no discurso da mídia, “mulheres e homens continuam a ocupar lugares tradicionalmente traçados segundo sua ‘natureza’ feminina ou masculina”. Para a autora, as representações sociais são reproduções de imagens pré-concebidas e presentes no imaginário social e, no que diz respeito às mulheres, essas representações seguem delimitando um lugar de gênero:

[...] no Ocidente, as representações das mulheres vem sendo diabolizadas ou santificadas, e estas expressões compõem a noção de uma natureza sexuada selvagem, rebelde, má, cuja domesticação resultaria na imagem da “boa”, da “verdadeira” mulher. [...]. Assim, a inferioridade física e social, a incapacidade intelectual, a dependência de seu corpo e de seu sexo, a passividade vêm sendo reafirmadas em imagens e palavras que povoam o imaginário ocidental. (SWAIN, 2001, p. 15-16).

Como já mencionado, os jornalistas partem também de um lugar social permeado de valores que serão refletidos na forma com que as narrativas serão construídas. Essas delimitações de gênero podem ser observadas, portanto, na postagem aqui analisada. Há um esforço em representar a vítima como uma mulher domesticada e permeada por valores compreendidos como positivos pela sociedade.

³⁷ Segundo um estudo divulgado pela rede Worldwide Independent Network of Market Research (WIN), 79% da população brasileira afirma seguir uma religião - uma estimativa de oito a cada dez brasileiros. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/de-cada-10-brasileiros-8-dizem-ser-religiosos-diz-pesquisa-internacional.html>. Acesso em 26 de maio de 2016.

³⁸ Em outubro de 2015, a Frente Parlamentar Evangélica, grupo que abrange deputados evangélicos de partidos distintos, contava com um total de 90 parlamentares. A bancada costuma atuar fortemente contra projetos que promovam a igualdade de gênero e racial e que discutam temas como o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a descriminalização das drogas, etc. Mais informações em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/19/bancada-evangelica-cresce-e-mistura-politica-e-religiao-no-congresso.htm>. Acesso em 03 de junho de 2016.

B) Postagem 2 – 17/11/2015: Suspeito de matar transexual no Rio tem cartaz e recompensa divulgados³⁹

O título da matéria traz três informações: uma mulher foi assassinada; existe um suspeito que já está sendo procurado; e a mulher era transexual. O subtítulo informa que a vítima, chamada Letícia, "teria saído de um pagode para o sítio do suspeito". A construção da frase utilizando verbos nesse tempo verbal (futuro do pretérito composto) não é exclusivo dessa postagem e pôde ser observada em várias notícias coletadas. Ao empregar esse tempo, a notícia dá indícios de que se pode duvidar da veracidade do fato, frisando que talvez ela tenha saído de uma festa com o suspeito. No entanto, essa informação é confirmada ao longo da matéria, que inclusive disponibiliza um áudio do *WhatsApp* em que a própria vítima relata as informações para uma amiga. Esse tipo de construção reflete como boa parte da sociedade ainda duvida e necessita de provas concretas de uma mulher que se diz vítima de violência: sua palavra não é o suficiente porque, se contrastada com a de um homem, não tem o mesmo valor. Ao redigir uma notícia empregando um tempo verbal usado para evidenciar que algo poderia ter ocorrido e não que ocorreu, pode-se identificar como também o jornalismo também tende a duvidar da veracidade dos casos de violência contra a mulher.

O primeiro parágrafo retoma como Letícia e o agressor se conheceram e, de novo, conta que "eles teriam ido" para o sítio do suspeito depois da festa. Uma amiga da vítima é ouvida e dá a informação de que "Letícia não havia revelado que era transexual e admitiu a uma amiga que estava preocupada por ter omitido a informação". A ideia de culpabilização da vítima é novamente reforçada, como se o fato dela ser trans e ter ocultado essa informação pudesse justificar seu assassinato. Segundo Swain (2011, p. 31), "Esse ato retórico de inversão constrói um campo de significação e persuasão onde a vítima é transformada em ré ou cúmplice: de um lado explica socialmente a atitude do homem e de outro acusa a mulher". Além disso, ao priorizar, tanto no título quanto na lide, a informação de que a mulher era transexual, o texto evidencia o preconceito com as identidades trans.

³⁹ Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/recompensa-por-suspeito-de-matar-transexual-no-rj-e-oferecida-r-1-mil.html>. Acesso em 26 de maio de 2016.

Figura 3 – Postagem 2

MENU G1 RIO DE JANEIRO

10/11/2015 09:20 - Atualizado em 10/11/2015 11:41

Suspeito de matar transexual no RJ tem cartaz e recompensa divulgados

Letícia Campos teria saído de pagode para o sítio do suspeito em Valqueire. Igor Cassiano é acusado de homicídio qualificado com ocultação de cadáver.

Gabriel Barreira Du da Pm



Letícia Campos sumiu na madrugada de segunda (Foto: Arquivo Pessoal)

Foi divulgado nesta terça-feira (17) o cartaz de Igor Cassiano Vitória de Oliveira, de 26 anos, suspeito de matar a **transexual Letícia Campos**. Eles se conheceram em um pagode no domingo (6) na Praça Seca, Zona Oeste, e de lá foram ido para o sítio dele no Valqueire. Letícia não havia revelado que era transexual e admitiu a uma amiga que estava preocupada por ter omitido a informação. Desde a madrugada de segunda (5), quando falou com a colega pela última vez, Letícia está desaparecida.

A preocupação de Letícia foi registrada em um áudio enviado via Whatsapp e obtido com exclusividade pelo G1. "Amiga, estou no Valqueire no sítio de um coronel da Aeronáutica. Eu faço é bosta da minha vida. Pelo amor de Deus, se acontecer alguma coisa eu estou aqui. Ele nem sabe que eu sou travesti", diz.

O caso foi registrado na 28ª DP (Campinho) e encaminhado para a Delegacia de Descoberta de Paraleiros (DDPA), que investiga o caso. A unidade chegou a lançar um cartaz com a foto de Letícia.

O suspeito foi identificado e intimado a depor, mas não estaria em casa no momento em que os investigadores foram até o sítio. Agentes realizam diligências para descobrir o paradeiro dos dois.

Um mandado de prisão temporária válido até 2016 foi expedido pelo crime de homicídio qualificado com ocultação de cadáver.

O Portal dos Procurados pede para que informações (texto, vídeo ou fotos) sejam enviadas para o aplicativo de mensagens do WhatsApp do Portal dos Procurados (21) 96302-1630. As informações também podem ser passadas pela Central Dique-Denúncia pelo (21) 2253-1177 ou 0300-255-1177, para quem estiver fora da capital. A recompensa chega a R\$ 1 mil.



PROCURADO

IGOR
IGOR CASSIANO VITÓRIA DE OLIVEIRA
WHATSAPP - 968-021-650

Recompensa é oferecida por informações sobre Igor (Foto: Reprodução/Chover Evidenciada)



DESAPARECIDO

Idade: 26 anos

Desaparecimento: 09/11/2015

Local de desaparecimento:
Vila Valqueire

LETÍCIA CAMPOS
Ligue 2202 0338

Letícia Campos sumiu na madrugada de segunda (Foto: Reprodução/Patícia CIVIL)

Fonte: G1.

No decorrer do texto, é informado que o caso já está sendo investigado pela polícia, que o suspeito foi intimado para depor e que o crime está sendo tratado como um homicídio qualificado. Baseada no trabalho de Lagarde (2007), Campos (2015, p. 109) define que existe violência feminicida como

[...] a forma extrema de violência de gênero contra as mulheres, produto da violação de seus direitos humanos, no âmbito público e privado, sendo conformada por um

conjunto de condutas misóginas, tais como maus-tratos e violência física, psicológica, sexual, educativa, de trabalho, econômica, patrimonial, familiar, comunitária, institucional, que implica na impunidade social e do Estado. Tais condutas colocam as mulheres em risco e indefesas, e podem culminar em homicídio ou sua tentativa e em outras formas de mortes violentas de mulheres e meninas: acidentes, suicídios e mortes evitáveis derivadas da insegurança, desatenção, e exclusão do desenvolvimento econômico e da democracia.

Nesse sentido, acredita-se aqui que exista violência feminicida na notícia analisada, já que a vítima foi morta num contexto em que seus direitos foram violados por ser mulher e por ser mulher transexual, não existindo uma forma de dissociar os dois marcadores. No entanto, como mencionado anteriormente e também evidenciado por Campos (2015), mulheres travestis e transexuais não são incluídas na Lei do Feminicídio, que associa o crime a algo da “condição do sexo feminino”, o que evidencia o caráter conservador dos órgãos de poder e também do jornalismo, que ainda está distante de problematizar o assunto.

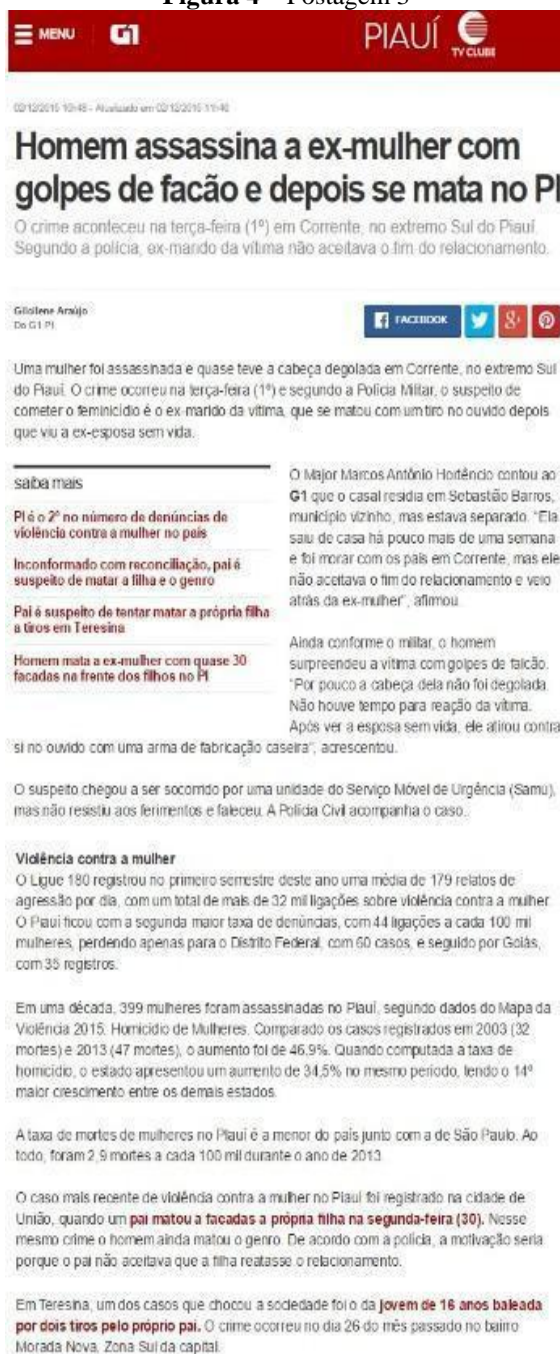
Apesar disso, algo positivo a se ressaltar é que a notícia respeita a identidade de gênero da vítima, tratando-a com o pronome feminino “ela”. No entanto, o cartaz que anuncia seu desaparecimento e que é reproduzido do arquivo policial tem como título “Desaparecido”. O texto não deixa evidente se esse é um padrão da divulgação policial ou se é o caso de um preconceito da própria polícia. Ao mesmo tempo que reproduzi-lo tem uma perspectiva de serviço, sua divulgação com esse título também pode colaborar para que mais pessoas, por meio da linguagem, reiterem esse preconceito, já que, como aponta Hall (2005, p. 40), “falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais, significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais”.

Também aponta Fischer (2002, p. 159), que “todas as questões em tratamento das diferenças [...] estão sobretudo relacionadas a modos de representação, de enunciação, a formas de interpretação e de comunicação”, o que reitera a responsabilidade da mídia com a forma com que essas diferenças são apresentadas ao público.

Ainda sobre as imagens usadas, não se nota, como dito anteriormente, um esforço por parte da reportagem em produzi-las. Nesta notícia, por exemplo, das três que aparecem, uma pertence a um arquivo pessoal e duas são reproduções de cartazes divulgados pela polícia. Ainda que seja necessário ponderar quais seriam as opções de imagens possíveis nesse tipo de notícia, é importante sublinhar que outros recursos gráficos poderiam ser aproveitados para apresentar estatísticas e informações sobre a violência de gênero contra a mulher. Esse tipo de ferramenta vem sendo cada vez mais pelo webjornalismo, que possibilita recursos que costumam ser de mais difícil acesso e produção em outras plataformas.

C) Postagem 3 – 02/12/2015: Homem assassina ex-mulher com golpes de facão e depois comete suicídio no PI⁴⁰

Figura 4 – Postagem 3



02/12/2015 10:48 - Atualizado em 02/12/2015 11:48

Homem assassina a ex-mulher com golpes de facão e depois se mata no PI

O crime aconteceu na terça-feira (1º) em Corrente, no extremo Sul do Piauí. Segundo a polícia, ex-marido da vítima não aceitava o fim do relacionamento.

Giuliana Araújo
Do G1 PI

Uma mulher foi assassinada e quase teve a cabeça degolada em Corrente, no extremo Sul do Piauí. O crime ocorreu na terça-feira (1º) e segundo a Polícia Militar, o suspeito de cometer o feminicídio é o ex-marido da vítima, que se matou com um tiro no ouvido depois que viu a ex-esposa sem vida.

O Major Marcos Antônio Hortêncio contou ao G1 que o casal residia em Sebastião Barros, município vizinho, mas estava separado. "Ela saiu de casa há pouco mais de uma semana e foi morar com os pais em Corrente, mas ele não aceitava o fim do relacionamento e veio atrás da ex-mulher", afirmou.

Ainda conforme o militar, o homem surpreendeu a vítima com golpes de facão. "Por pouco a cabeça dela não foi degolada. Não houve tempo para reação da vítima. Após ver a esposa sem vida, ele atirou contra si no ouvido com uma arma de fabricação caseira", acrescentou.

O suspeito chegou a ser socorrido por uma unidade do Serviço Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiu aos ferimentos e faleceu. A Polícia Civil acompanha o caso.

Violência contra a mulher
O Ligue 180 registrou no primeiro semestre deste ano uma média de 179 relatos de agressão por dia, com um total de mais de 32 mil ligações sobre violência contra a mulher. O Piauí ficou com a segunda maior taxa de denúncias, com 44 ligações a cada 100 mil mulheres, perdendo apenas para o Distrito Federal, com 60 casos, e seguido por Goiás, com 35 registros.

Em uma década, 399 mulheres foram assassinadas no Piauí, segundo dados do Mapa da Violência 2015, Homicídio de Mulheres. Comparado os casos registrados em 2003 (32 mortes) e 2013 (47 mortes), o aumento foi de 46,9%. Quando computada a taxa de homicídio, o estado apresentou um aumento de 34,5% no mesmo período, tendo o 14º maior crescimento entre os demais estados.

A taxa de mortes de mulheres no Piauí é a menor do país junto com a de São Paulo. Ao todo, foram 2,9 mortes a cada 100 mil durante o ano de 2013.

O caso mais recente de violência contra a mulher no Piauí foi registrado na cidade de União, quando um **pai matou a facadas a própria filha na segunda-feira (30)**. Nesse mesmo crime o homem ainda matou o genro. De acordo com a polícia, a motivação seria porque o pai não aceitava que a filha reatasse o relacionamento.

Em Teresina, um dos casos que chocou a sociedade foi o da **Jovem de 16 anos baleada por dois tiros pelo próprio pai**. O crime ocorreu no dia 26 do mês passado no bairro Morada Nova, Zona Sul da capital.

Fonte: G1.

⁴⁰ Disponível em <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/12/homem-mata-ex-mulher-com-golpes-de-facao-e-depois-comete-suicidio-no-pi.html>. Acesso em 26 de maio de 2016.

A terceira notícia analisada trata de um feminicídio ocorrido no Piauí, onde um homem assassinou a ex-mulher e depois se suicidou. No subtítulo, é apontado que, segundo a polícia, o feminicídio ocorreu porque o agressor não aceitava o fim do relacionamento. Por mais que, factualmente, a motivação do crime seja o término de um relacionamento, a ausência de problematização por parte da polícia e, conseqüentemente da mídia, é problemática no sentido de que colabora para a legitimação dessas justificativas. Ademais, existe uma construção social e cultural que faz com que esses crimes sigam acontecendo e associar sua ocorrência a um fato isolado, sem analisá-lo dentro de um contexto, colabora para sua naturalização.

Com base no trabalho de Charaudeau (1994; 1997), Ponte (2005) afirma que, no processo de produção do discurso jornalístico, é baixo o número de vezes em que este opera uma transformação nos discursos das chamadas fontes oficiais:

A transação neste caso define parâmetros relacionais do jornal com o leitor, que o definem como "porta-voz" de outras autoridades, num tom oficioso e vertical, mas também inquestionado no seu estatuto de regulador do que é digno de ser notícia. Noutras vozes, predomina a orientação conversacional, a construção de uma cumplicidade com o leitor, onde claramente a transação está no comando da transformação. (PONTE, 2005, p. 109).

Por conta da já conhecida aceitação do público com relação às fontes oficiais, o jornalismo acaba por acomodar-se e restringir o processo de construção das notícias ao uso desse tipo de fonte – oficial e que será bem recebido pelos leitores. Isso não quer dizer, no entanto, que outras fontes não pudessem ser ouvidas. Mas é por conta desse modo naturalizado de produção que provavelmente boa parte dos jornalistas não problematiza as justificativas apontadas pela polícia para os feminicídios. Além disso, pode-se considerar que muitos destes jornalistas estejam inseridos num contexto social que os leva a pensar em consonância com a polícia.

Outro ponto que pode ser observado no texto é o forte apelo à descrição de como se deu o crime. A primeira frase, por exemplo, afirma que "Uma mulher foi assassinada e quase teve a cabeça degolada em Corrente, no extremo Sul do Piauí". Além disso, é escolhida uma parte do depoimento do delegado onde ele conta que "Por pouco a cabeça dela não foi degolada. Não houve tempo para reação da vítima. Após ver a esposa sem vida, ele atirou contra si no ouvido com uma arma de fabricação caseira". Para Campos (2015) a configuração por trás das mortes de mulheres evidencia o caráter feminicida delas, por meio, por exemplo, da existência da violência sexual e da desfiguração do corpo da vítima.

A morte nas (ex)relações íntimas de afeto demonstra não apenas a vulnerabilidade das mulheres no interior dessas relações, mas a tentativa de controle e posse absolutas sobre o corpo feminino que não pode ser entendida como comportamentos motivados

por ciúme ou violenta emoção. Em geral, são crimes premeditados, originados do machismo culturalmente enraizado na sociedade. Não há perda do controle ou injusta provocação da vítima, mas uma atitude consciente de negação do direito à autonomia feminina. O reconhecimento da violenta emoção nesses casos configura tolerância estatal a crimes machistas e sexistas, pois não pode haver violenta emoção quando a motivação é impedir a autodeterminação feminina (CAMPOS, 2015. p. 109).

Do ponto de vista jornalístico, justificar a ocorrência dos feminicídios com base em comportamentos violentos reproduzidos dentro das relações significa reduzir um problema que é estrutural a um a violenta emoção, como denomina Campos. Isso evidencia como a mídia também tem é responsável perpetuação da violência feminicida e como os jornalistas também estão inseridos num contexto em que ela é naturalizada.

De acordo com Belisário e Biachi (2015, p. 11), o uso de uma linguagem grosseira e de uma estética melodramática pode ser entendida como uma forma de tentar estabelecer uma conexão cultural e com a subjetividade do público. Na mesma direção, aponta Fernandes:

[...] o discurso dos jornais, ao em vez de propor questionamentos e buscar abordagens aprofundadas e sérias, tenderiam a privilegiar construções exacerbadas de modelos e arquétipos sociais e culturais já enraizados no imaginário social, por meio de práticas muito comuns dos meios, como sejam: a intensificação de um ocorrido, o exagero e a heterogeneidade gráfica, a exploração da emoção em detrimento da informação, a super divulgação do extraordinário e do vulgar, a valorização errônea de conteúdos e de temáticas isoladas e não inseridas num contexto, textos escritos voltados para o trágico, o erótico, o violento, o ridículo, o insólito, o grotesco ou o fantástico, textos elaborados com presença de apenas uma fonte, entre outras. (FERNANDES, 2013, p. 98).

Apesar do forte apelo emocional ao fazer uso desse tipo de linguagem, algo positivo identificado na notícia, como destacado anteriormente, é que ela nomeia o crime como feminicídio e, ao final do conteúdo, apresenta estatísticas sobre a violência contra a mulher. São expostos dados nacionais baseados no Ligue 180 e no Mapa da Violência de 2015. São resgatados, ainda, outros dois casos de feminicídios ocorridos no Piauí. Como justificativa para um deles, no entanto, é usado novamente o fato de um homem não aceitar o relacionamento de uma mulher – no caso, um pai que matou a filha por não concordar com que ela voltasse a relacionar-se com o antigo namorado. Além disso, em nenhum momento é explicado que o feminicídio é um crime motivado que atinge mulheres e que existe uma lei que tipifica esse crime. A segunda parte da notícia que fala de VCM também não é relacionada com a primeira, que narra o caso. Nenhuma imagem foi usada.

D) Postagem 4 – 15/12/2015: Pintor é acusado de matar namorada 15 dias após tê-la agredido pela 1ª vez⁴¹

Figura 5 – Postagem 4

SANTOS E REGIÃO

15/12/2015 11:02 - Atualizado em 15/12/2015 11:04

Pintor é suspeito de matar namorada 15 dias após tê-la agredido pela 1ª vez

Tia do suspeito contou que casal estava separado desde a agressão. Ataque aconteceu em Perube (SP) e vítima tinha um filho de 10 anos.

Orion Feres
De G1 Santos

Mentor ajuda a limpar casa onde mãe foi morta
(Foto: Marcos Antonio da Costa / Arquivo Pessal)

Um pintor é suspeito de ter assassinado a ex-companheira a facadas, dentro da casa da vítima, em **Perube**, no litoral de São Paulo. Francisco Alex Pereira, de 28 anos, já havia agredido a mulher, com um caco de vidro, no início do mês. Ele fugiu e a polícia não tem informações sobre seu paradeiro.

Pereira tinha um relacionamento amoroso turbulento com a vítima, identificada como Maria das Graças da Silva, de 39 anos. O casal estava separado desde a última agressão mas, segundo a tia do suspeito, eles costumavam se encontrar escondidos.

"Ele estava morando comigo porque não podia chegar perto dela por causa da Lei Maria da Penha. Os dois já tinham brigado outras vezes. Há 15 dias ele contou o brago dela com um caco de vidro e quebrou a casa toda, então, se os vizinhos o encontrassem por perto leriam que avisar a polícia. Por isso, eles combinavam sempre de se encontrarem escondido de madrugada", contou a tia do suspeito, Maria Aparecida.

Crime aconteceu na rua Jardim, no Caraguatatuba
(Foto: Marcos Antonio da Costa / Arquivo Pessal)

Maria Aparecida recorda ainda que na noite do crime passou próximo a um bar e encontrou o sobrinho bebendo com os amigos. Ele disse à tia que iria se encontrar com Maria das Graças porque ela "tinha algo muito importante para contar".

Maria Aparecida conta que sobrinho morava com ela
(Foto: Marcos Antonio da Costa / Arquivo Pessal)

Segundo Maria Aparecida, a relação do casal era marcada por várias brigas desde que eles se mudaram do Ceará para Perube: há cerca de um ano. Apesar disso, a tia não acreditava que o relacionamento pudesse terminar dessa forma, mesmo sabendo do temperamento explosivo do parente.

"Ele sempre me contava que eles se viam. Não sei o motivo, dele ter feito isso. Ela levou duas facadas debaixo do peito e uma na testa. Ele era meu sobrinho. Apesar de tudo, era trabalhador. Estou orando, mas quero que ele seja preso e pague pelo que fez. Ela era uma pessoa muito boa e agora vai deixar um filho de dez anos de um outro relacionamento", desabafou a tia.

O caso foi registrado na Delegacia Sete de Perube. O suspeito continua foragido.

Fonte: G1.

⁴¹ Disponível em <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2015/12/pintor-mata-namorada-facadas-15-dias-apos-te-la-atacado-pela-1-vez.html>. Acesso em 26 de maio de 2016.

A última notícia selecionada relata um feminicídio cometido pelo namorado da vítima. O título já indica a domesticidade do caso, ao destacar que o homem já havia agredido sua namorada há 15 dias. Já o subtítulo enfatiza o relato da tia do suspeito que contou que o casal estava separado, mas que seguia se encontrando. Mais adiante, descobre-se que uma medida protetiva inferida por meio da Lei Maria da Penha impedia o agressor de chegar perto da namorada.

O primeiro parágrafo relata que a vítima foi morta a facadas (embaixo do peito e na testa) e que já havia sido ferida por cacos de vidro. Sobre o uso de armas brancas em mortes de mulheres, as Diretrizes Nacionais sobre os Feminicídios indicam que as formas como esses assassinatos são cometidos também contribuem para a caracterização de mortes violentas por razões de gênero.

Nas mortes violentas de mulheres, as razões de gênero se evidenciarão particularmente nas partes do corpo que foram afetadas, como o rosto, seios, órgãos genitais e ventre, ou seja, partes que são associadas à feminilidade e ao desejo sexual sobre o corpo feminino. Com a perspectiva de gênero, [...] estas marcas contribuem para evidenciar o desprezo, a raiva ou o desejo de punir a vítima por seu comportamento (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Diretrizes Nacionais sobre Feminicídios, 2016, p. 43).

Segundo o Mapa da Violência 2015⁴², em 2013, nos homicídios masculinos preponderou largamente a utilização de arma de fogo (73,2% dos casos). Já nos feminicídios esse índice é bem menor (48,8%), sendo mais comum o uso de objetos cortantes (25,3%) ou contundentes (11,8%), e ainda, estrangulamento ou sufocação (6,8%) - o que indica a forte incidência de crimes de ódio contra a mulher.

Na sequência, apresenta-se o relato da tia, que classifica o relacionamento dos dois como "um relacionamento amoroso turbulento". A familiar relata que, na noite do crime, havia encontrado o sobrinho, que lhe dissera que se encontraria com a vítima porque ela teria algo importante para contar. A informação de que a tia sabia que os dois haviam se encontrado na noite em que a vítima foi morta é relevante para a investigação do crime. No entanto, informá-la na notícia conduz à ideia de que a vítima possa ser culpada por sua morte. Essa informação pode ter sido o estopim para seu assassinato, porém, como já apontado, os feminicídios têm de ser analisados dentro de um contexto que ainda legitima a conduta violenta dos homens com relação às mulheres. Como aponta Fischer (2002, p. 153) "os aprendizados sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir-se a si mesmo [...] se fazem com a contribuição dos meios de comunicação". Ou seja, optar por dar prioridade a esse

⁴² Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 26 de maio de 2016.

tipo de informação dentro de um caso isolado, pode contribuir para a manutenção de um imaginário de culpabilização das vítimas de violência.

Esse recorte deixa evidente, ainda, como o jornalismo, ao mesmo tempo em que colabora para a perpetuação desse imaginário, também faz parte e compartilha dele. Para Fischer (2002, p. 160), identificar que os jornalistas também estão atravessados pelos valores que reproduzem “significa também assumir que sempre olhamos de algum lugar, a partir de um ponto de vista intuído, exercitado ou aprendido”. Significa reconhecer, como aponta Louro (2008, p 22), que se aprende a viver o gênero e a sexualidade dentro de uma cultura, através de discursos de instituições como a igreja, as leis e a própria mídia. É também dentro dessa cultura que o jornalista constrói sua subjetividade, que estará presente na forma com que as notícias serão construídas. Por outro lado, há de se pensar também na responsabilidade social da mídia ao reiterar esses discursos, sendo necessário, por parte de seus profissionais, o exercício de autocrítica e de alteridade.

Ainda sobre a notícia, nenhuma fonte oficial é ouvida, sendo toda a notícia construída com base no relato da tia. O texto tem um tom mais emocional e menos acusativo do que as outras três notícias anteriormente analisadas. Busca-se situar o leitor num contexto humilde, no qual tanto agressor quanto a vítima eram pessoas boas e trabalhadoras, aproximando os personagens dos leitores. Se bem empregado, esse recurso poderia ser usado para sensibilizar o público sobre o tema da violência de gênero contra a mulher, no entanto, esse esforço não é despendido e a notícia restringe-se à narração dos acontecimentos, isolando o caso.

As imagens utilizadas também têm forte apelo emocional, como a foto da tia em frente à residência que era compartilhada com o agressor. O contexto em que o crime aconteceu também é ilustrado, com a foto da rua e da casa onde a vítima foi assassinada. Com relação à foto da casa, choca que ela mostre sangue no chão e informe, na legenda, que o filho da vítima ajudou a limpar a casa onde a mãe foi morta. As duas informações, juntas, reforçam o apelo melodramático da notícia, ao mesmo tempo em que conferem o tom de veracidade esperado do jornalismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido a partir da ideia de que o jornalismo é um importante meio para se observar como determinadas visões são construídas e reafirmadas na sociedade. Nesse sentido, o objetivo geral foi analisar como o webjornalismo constrói as notícias de violência de gênero contra a mulher. Compreendendo-se a notícia como uma construção social (ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2003), constatou-se que muitos dos valores prevaletentes na sociedade com relação ao assunto são reiterados também pelo jornalismo. Isso se dá, como aponta Silva (2014), porque os jornalistas também partem de um lugar social ao elaborar seus discursos.

Por mais que, durante muito tempo tenha-se acreditado em um jornalismo objetivo e imparcial, cada vez mais as pesquisas sobre o assunto nos mostram que as subjetividades dos profissionais do jornalismo estão presentes na forma com que os mesmos desempenham seu trabalho. Como explica Silva (2014), é também na subjetividade que os fatos são significados e, a partir disso, as notícias são construídas.

Sendo assim, observou-se que algumas perspectivas hegemônicas sobre a violência de gênero contra a mulher são reproduzidas pelo jornalismo. Dessas, destaca-se a ideia de culpabilização das vítimas, que tem origem em papéis de gênero já delimitados e que atribuem um lugar social às mulheres e aos homens. No que diz respeito à mulher, esse lugar costuma ser o da submissão em relação aos homens. Esses papéis são construídos com base em uma norma onde determinados sujeitos ainda “importam” mais do que outros.

Louro (2008) afirma ainda que a posição do homem branco, heterossexual, urbano e de classe média foi construída como a de identidade referência. Quanto mais longe outros indivíduos estiverem dessa norma, mais suscetíveis estarão sofrerem violações. De certa forma, ainda busca-se explicar a violência contra a mulher a partir de um viés naturalizado que compreende que, ao romper com esse lugar, a mulher possa ser responsabilizada pela violência que sofre. Ou então, como observado, muitos sujeitos são violentados justamente por não se enquadrarem nessa ideia polarizada onde ou se é homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, etc. Como destaca Louro (2001), o lugar de muitos indivíduos é ainda na fronteira dessa polarização.

O jornalismo, quando pensado como um instrumento pedagógico (FISCHER, 2002; LOURO, 2014), tem uma imensa responsabilidade na reiteração dessa norma. Constatou-se, nas notícias aqui analisadas, que a ideia de culpabilização das vítimas ainda é preponderante e

que a violência de gênero contra a mulher é relatada a partir de casos isolados e não compreendidos dentro de um contexto cultural e social que legitima sua ocorrência.

Foram coletadas, ao longo da pesquisa, 135 notícias de violência contra a mulher, onde constatou-se que as que noticiavam a ocorrência de feminicídios eram maioria (56). O restante das postagens trazia outros casos, como de violência doméstica e a institucional. De todo material coletado, somente oito notícias (5,92%) traziam alguma estatística ou problematização sobre o assunto, o que indica uma tendência do G1 em enxergar esses casos como isolados e não como consequência estrutural de um sistema opressor e machista com relação às mulheres. Outra consideração importante é a de que nenhuma das notícias traz como fonte alguém que pesquise o tema, sendo predominante a escuta da polícia e de outras fontes oficiais, seguido de depoimentos de familiares e conhecidos das vítimas e/ou agressores.

Outro objetivo estabelecido na pesquisa foi o de avaliar se as notícias que tratavam de casos de feminicídios empregavam o termo. Como defendido por Lagarde (2006), nomear essas mortes como feminicídios significa diferenciar essas assassinatos de outros homicídios e evidenciar sua não neutralidade a influência de construções relacionadas ao gênero na sua ocorrência. Além disso, o Brasil tem despendido esforços para combater a violência feminicida, com a recente legislação que tipifica esses crimes e com o lançamento das Diretrizes sobre Feminicídios, por exemplo. Ainda de acordo com Lagarde (2006), essas ações importam porque o feminicídio, muitas vezes, é negligenciado também pelo próprio Estado, que se omite no que diz respeito à políticas públicas que combatam essa cultura violenta com relação às mulheres.

Contabilizou-se, no entanto, que apenas quatro das 56 notícias de feminicídios (7,14%) nomeou corretamente o crime, o que evidencia como essas mortes ainda não são compreendidas como um fenômeno social tanto pela sociedade, quanto pelo jornalismo.

Assim, conclui-se que, quando se trata da violência de gênero contra a mulher, o jornalismo costuma evidenciar em suas narrativas também as concepções que são hegemônicas na sociedade sobre o assunto. Isso reflete quanto o trabalho jornalístico é permeado por essas visões, o que nega sua neutralidade e expõe que o lugar social do qual parte o profissional importa. Como apontado no primeiro capítulo, ainda existem determinados perfis⁴³ que são maioria dentro das redações e nas faculdades de jornalismo - as mulheres são maioria, mas ainda ocupam os menores cargos; a presença de negros nas redações ainda é muito pequena; a ampla maioria é oriunda de instituições privadas; homens brancos, casados e na faixa etária

⁴³ Disponível em <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>
Acesso em 12 de junho de 2016.

entre 40 e 60 anos correspondem a boa parte dos professores nas faculdades, etc. Ou seja, a produção e o estudo do jornalismo ainda estão restritos a determinados grupos da população e são seus valores que estarão intrínsecos na construção das notícias.

Fischer (2002) e Louro (2008) consideram que os discursos da mídia são fundamentais na forma com que se aprende a viver o gênero e a sexualidade dentro de uma cultura. A ausência de diversidade nas fontes ouvidas pelos jornalistas e a forma com que estes constroem as notícias sobre violência de gênero contra a mulher são preocupantes no sentido que reforçam ideais conservadores, discriminatórios e preconceituosos com relação ao assunto.

Por mais que essas construções sejam reflexo também da ausência de diversidade dentro das redações, é fundamental que se estimule que os profissionais da área executem a autocrítica e passem por processos de sensibilização e desconstrução. Essas atitudes, aliadas ao exercício da alteridade, poderão colaborar para uma produção jornalística mais diversa, sensível e potente no que diz respeito ao combate de opressões como a violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carolina Maia de. **Jornalismo e identidades coletivas: representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no portal Mix Brasil**. 139f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/37584>> Acesso em 10 de abril de 2016.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ASSUMPCÃO, Alice Bentzen Fonseca; AMARAL, Ana Luisa Marzano. A interatividade no jornalismo online: estudo de caso do site G1. In: **XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE**, 14, Rio de Janeiro. Resumos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0211-1.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2016.

ARAÚJO, Cátia Daniela. **Os discursos sociais sobre os crimes e a violência perpetrados contra pessoas LGBT nos media**. Dissertação. 2014. Acesso em: <<http://hdl.handle.net/10400.24/308>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

BARBOSA, Suzana. Bases de dados e webjornalismo: em busca de novos conceitos. In: SOPCOM 2005: **4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação**. 2005. p. 1447-1458. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-bases-dados-webjornalismo.pdf>> Acesso em 15 de abril de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.

BASTOS, Helder. A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n.2, jul./dez. - 2012, p. 284-298.

BELISÁRIO, Katia Maria; BIACHI, Mariangela Moifardini. **A cobertura jornalística da violência contra as mulheres: denúncia ou "naturalização"?**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

CABRERA, Patricia Muñoz. **Violencias interseccionales: debates feministas y marcos teóricos en el tema de pobreza y violencia contra las mujeres en Latinoamérica**. Honduras: Central America Women's Network, 2011.

CAMPOS, Carmen Hein de. Femicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. In: **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, nº 1, p. 103-115, jan./jun. 2015.

CANAVILHAS, João Manuel Messias. El periodismo em los tiempos de un nuevo ecosistema mediático: propuestas para la enseñanza superior. In: **Historia y Comunicación Social**, v. 18. Edição Especial, Novembro, 2013.

_____, João Manuel Messias. **Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança**. In: BOCC–Biblioteca online de ciências da comunicação, 2006. Disponível

em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf> Acesso em 10 de abril de 2016.

_____, João Manuel Messias. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. In: BOCC–Biblioteca online de ciências da comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>> Acesso em 10 de abril de 2016

DIAS, Ana Rita Conde; MACHADO, Carla Maria Penousal. Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. In: **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2012, p. 496-505.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. In: **Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires**, ano 3, nº 6, p. 259-254, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. In: **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

_____, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 59-79, 1997.

FERNANDES, Isis Cleide da Cunha. **Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas**. 199f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/40236>> Acesso em 20 de maio de 2016.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 114, 1998.

_____, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**.

_____, Miriam Pillar. Velhas e Novas Violências Contra A Mulher: 15 Anos de Lutas e Estudos Feministas. In **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, nº especial, 1994, p. 473-478. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24327192?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em 15 de maio de 2016.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

_____, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAGARDE, Marcela. Del femicidio al feminicidio. In: **Desde el Jardín de Freud**, Bogotá, nº 6, 2006, p. 216-225. Disponível em:

<<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>> Acesso em 02 de junho de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: **Posições, Campinas**, v. 19, n. 2, p. 56, 2008.

_____, Guacira Lopes. Teoria queer-uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista Estudos Feministas**, 2000.

MACHADO, Isadora Vier; GROSSI, Miriam Pillar. Historicidade das violências psicológicas no Brasil e Judicialização, a partir da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). In: **Direitos Fundamentais e Justiça**, Porto Alegre, ano 6, n. 21, p. 84-104, out./dez. 2012.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann e PETRY, Analídia Rodolpho. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. In: **Textos & Contextos**, v. 10, nº 1, p. 193. Porto Alegre. 2011.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web**: Uma contribuição para estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. 246. Tese (Duotorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação na UFBA. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2003. Disponível em: <<http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Luciana-Mielniczuk.pdf>> Acesso em 15 de março de 2016.

MOTA, Célia Maria Ladeira. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 09-41, 2000.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus, 2003.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: Linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

ROCHA, Matheus Bertoldo Bazeggio da. **O Jornalismo e a Pauta LGBT: Uma análise do iGay**. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/125971>> Acesso em 15 de abril de 2016.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais). Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação. Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2013, vol. 16. Disponível em:
<<http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>> Acesso em 30 de maio de 2016.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Gênero, violência e patriarcado**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alere, v. 20, n.2, 1995.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Diretrizes Nacionais sobre Femicídios - 2016. Brasília. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femenicidios-versao-web.pdf> > Acesso em 30 de maio de 2016.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2014.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas "femininas". In: **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.